

POLITIKA

Rio, de 1 a 7 de maio de 1972.

No. 28 - Cr\$ 2,00



CEMAP - BIBLIOTECA
CLASS. _____

MÍNIMO, O MÍNIMO!

**O AMARGO
CAFÉ DOS
LAVRADORES**

**O SCHMIDT
QUE NUNCA
SE DEFINIU**

**O PATIÑO
QUE QUER A
AMAZÔNIA**



Nós e a Independência

1

Reassumo, hoje, a parte que me toca na direção deste jornal. Depois de permanecer cerca de um mês dentro de cercas, obviamente de bois. Durante esse período não li jornal (nem o POLITIKA), não ouvi rádio nem assisti televisão. Estou, portanto, mais informado do que todo mundo, aqui.

2

Para começar, meu espanto pela posição do POLITIKA face à aparente contradição de trazermos Portugal e o governo português para o centro das comemorações do sesquicentenário de nossa independência política. O óbvio ululante, reconheço, é que Tiradentes e a família Bragança são incompatíveis em qualquer perspectiva histórica. Mas Portugal não terminou com a família Bragança, nem a nossa vontade de independência morreu asfixiada na forca de Tiradentes.

3

POLITIKA tomou o partido de Jose Honório Rodrigues, de Alceu Amoroso Lima e de outros pensadores que querem comemorar a independência política, conquistada no passado contra Portugal (mais correto seria dizer: a favor da Inglaterra), sem a visão da independência econômica, que ainda não conquistamos e para a qual o mundo português de hoje, incluindo as colônias africanas, é uma peça chave.

4

Todo o desenvolvimento brasileiro de hoje pressupõe um jogo de astúcia nas brechas da reformulação dos interesses internacionais em curso. O governo brasileiro (neste particular vale dizer: Delfim Neto) está agindo, e com extraordinária lucidez, para identificar essas brechas no condomínio americano, no Mercado Comum Europeu e no condomínio soviético.

5

O ex-presidente Jânio Quadros disse, certa vez, que um embrulho de mercadorias, lançado ao mar na altura do Recife, vai bater à Africa sem auxílio de

nenhum transporte oficial. Pois é o que está acontecendo. Empresários brasileiros, mais expertos que o próprio governo, já estavam aproveitando as correntes comerciais para desembarcar os nossos produtos e os nossos interesses em Moçambique e Angola.

6

Se é certo que o governo português precisa do aval brasileiro (afinal estamos no grupo dos 20) em suas colônias africanas, também é certo que tanto as colônias portuguesas como outros países independentes (e cito logo o Congo de Mobutu), reclamam a presença brasileira na África. Ninguém, aqui, está pensando em levar tropas para reforçar o domínio militar português. Ninguém pode assegurar, inclusive, que a presença econômica e financeira do Brasil nas colônias portuguesas não se transformará, com o tempo, em instrumento de liberação e afirmação nacionais. O processo histórico nem sempre consulta preconceitos.

7

O mal do governo brasileiro é que tem vergonha de discutir as suas grandes opções internacionais. A Petrobrás está indo para Angola. E o que vai acontecer (e já está acontecendo) ainda este ano, em matéria de investimentos e colocação de produtos brasileiros em Moçambique, com vista a outros países africanos, podem crer, não é normal.

8

Onde ficamos, então? Este é um jornal em que a maioria decide, mas em que os votos vencidos podem exprimir sua opinião, desde que firmada. É o que faço, neste momento.

9

E Tiradentes, perguntarão? Ele, por certo, se daria por feliz vendo que o Brasil, hoje, tem condições até para colonizar Portugal e suas terras de além-mar. Por mais estranho que pareça, esta é a grande forra de Tiradentes.

Oliveira Bastos

• A situação na Transamazônica não anda nada boa. A crise não se refere à construção da estrada, propriamente dita, mas às condições em que ela está sendo feita. As localidades por onde passa o traçado da Transamazônica não estavam preparadas para receber o afluxo de pessoas que nela trabalham, sendo assim que Altamira se transformou numa grande metrópole, sem que tivesse condições mínimas para isso. A crise é tão grande que até alimentos têm faltado na cidade e a insatisfação tomou conta de todos.

• Como a crise não é nada boa, o INCRA mandou para o local o chefe de seu serviço de segurança para ver que tipo de providências era necessário tomar para, pelo menos, aplacar a ira dos trabalhadores e colonos que ali se encontram. Há mais de uma semana que o almirante chefe da segurança ali está e ao que parece permanecerá, ainda, por igual período de tempo até que consiga resolver o problema. Alguns dos colonos mandados para as Agrovilas estão querendo retornar, a qualquer risco, para as suas cidades de origem, mas têm sido mantidos nas margens da Transamazônica à custa da persuasão dos funcionários do INCRA.

• A crise de alimentos é tão grande em Altamira, que uma galinha que custava 3 cruzeiros há dois anos está sendo vendida a 35 e, o que é pior, não existe para ser vendida. Café praticamente não existe, o mesmo acontecendo com açúcar, feijão, arroz, farinha de mandioca e toda a gama de gêneros alimentícios que constitui a alimentação básica do trabalhador brasileiro. Os poucos gêneros que ali chegam são disputados a preços altíssimos.

• A Assembléia Legislativa da Guanabara votou esta semana o título de Cidadão do Estado da Guanabara para o jurista Pontes de Miranda, que acaba de completar 80 anos de idade, sendo reputado em todo o mundo como um dos maio-

res constitucionalistas. A iniciativa foi do deputado Afonso Nunes, e ao encaminhar a votação, o líder do MDB e do Governo, Levy Neves, após uma série de elogios, afirmou que "Pontes de Miranda é reconhecido em todo o mundo como um dos poucos homens que conhece as Constituições de todos os países civilizados". Até então pensávamos que só os países civilizados tivessem Constituição. Agora, depois da afirmação do Levy, ficamos sabendo que os países incultos também são organizados, só que o jurista Pontes de Miranda desconhece suas Constituições.

• O MDB resolveu, mesmo, manter sua linha moderada, a chamada linha da acomodação. Ulisses Guimarães, como bom ex-pessegista, contornou a crise e se elegeu para a presidência do partido. Josaphat Marinho, um dos nomes mais expressivos da política nacional, perdeu a eleição, mas saiu do Palácio do Congresso Nacional engrandecido, com os 96 votos que recebeu dos autênticos.

• A ARENA carioca está convencida que em 1974 sairá vencedora nas eleições parlamentares. Após ter escolhido o ministro Gama Filho para sua presidência, acha que não lhe falta mais nada para ganhar as eleições. O desgoverno Chagas Freitas e o dinheiro do professor Gama Filho garantirão os votos necessários para a formação de uma grande bancada.

• Outro alento com que conta a ARENA é a possível formação do terceiro partido político — o PDR — que para os arenistas virá reforçar sua tese de tirar do MDB a primazia dos votos. Esperam que, caso o PDR concorra às eleições de 1974, o novo partido consiga eleger um bom número de parlamentares, que somados aos seus dará maioria à oposição carioca, e o futuro governador, que ao que tudo indica será o sr. Erasmo Martins Pedro, não tenha condições de governar sem uma composição com a ARENA e o PDR.

**Mury
Lydia**

Salário-mínimo é o pagamento que satisfaça às exigências mínimas de sobrevivência do trabalhador. A prática, porém, mostra uma outra realidade.



MÍNIMO, SALÁRIO DA FOME

Salário-mínimo ou remuneração mínima deve estar sujeito a determinados critérios. Há um critério estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT – organismo filiado à ONU, que diz o seguinte: na fixação do salário-mínimo, deverão ser computadas as necessidades de

alimentação, vestuário, habitação, serviços médicos e educação do trabalhador e de sua família. Tal critério consta da chamada *Convenção 117*, que o Brasil aprovou em princípio no ano de 1962 e oficialmente em 27 de abril de 1970.

E aprovou porque nossa Constituição, independentemente das reformas e das emendas



que satisfaça às mínimas exigências de sobrevivência do empregado e de seus dependentes. Porque isto é lei. Na prática, porém, isso não ocorre.

Cr\$ 225,00 não dão sequer para o sustento individual do trabalhador, para que ele possa consumir a ração mínima que lhe permita dar a

produtividade que o sistema espera.

Daí porque o trabalhador vê o problema como de importância capital. E isto não exclui as chamadas categorias profissionais, cujos salários-base refletem aquela remuneração insuficiente, já que eles estão condicionados ao salário-mínimo.



que vem sofrendo ultimamente, manteve inalterado o princípio de que o salário mínimo deve satisfazer às necessidades do trabalhador e de seus familiares. Por conseguinte, quando se fala em Salário-mínimo no Brasil, tem-se que falar, também, em paga



''Na fixação do nível de vida mínimo, será fundamental levar em conta as necessidades dos trabalhadores, inclusive suas exigências como ser humano''

**MÍNIMO,
SALÁRIO
DA FOME**

**A política salarial,
segundo a OIT, deve levar em conta
o bem-estar do povo.**

O governo brasileiro, por meio do Decreto no. 496 de 27 de abril de 1970, promulgou a **Convenção 117** da OIT, que estabelece os **Objetivos e Normas Básicas da Política Salarial**, determinando que seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém. E o que estabelece a **Convenção 117** da Organização Internacional do Trabalho?

1 — Qualquer política deve visar principalmente ao bem-estar e ao desenvolvimento da população, bem como à promoção de suas aspirações de progresso social. (Parte I - Artigo I - Item I).

2 — Qualquer política de aplicação geral deverá ser formulada tomando na devida conta suas repercussões sobre o bem-estar da população. (Parte I - Artigo I - Item II).

3 — A elevação dos níveis de vida será considerada como o principal objetivo no planejamento do desenvolvimento econômico. (Parte II - Artigo II).

4 — Na fixação do nível de vida mínimo, será necessário levar em conta as necessidades familiares essenciais dos trabalhadores, inclusive alimentação e seu valor nutritivo,

habitação, vestuário, cuidados médicos e educação. (Parte II - Artigo V - Item II).

E também o Artigo 158, inciso I, da Constituição Federal prevê que o salário-mínimo deve atender às necessidades familiares dos trabalhadores: salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às suas necessidades de trabalhador e às de sua família.

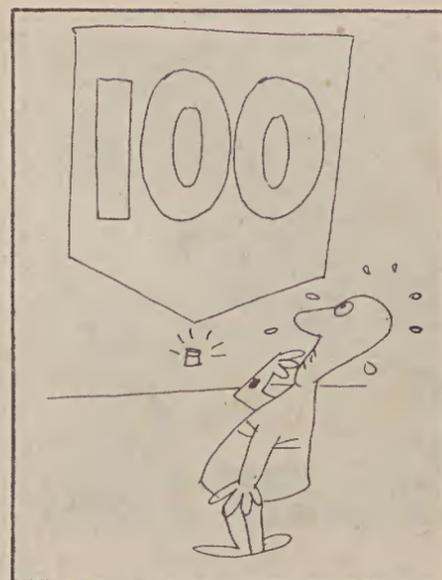
Agora, uma pergunta: como se calcula tais necessidades? Há leis para este fim. Vejamo-las:

1 — A Lei do Salário-Mínimo, em seu Artigo 81, estabelece que o salário será determinado pela soma dos valores diários das despesas com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

2 — O Decreto-Lei no. 399, de 30 de abril de 1938, define a quantidade mínima mensal de alimentos que um trabalhador adulto necessita consumir para sobreviver e poder trabalhar. Em São Paulo, segundo estudos e pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, o custo da alimentação mínima de um adulto seria de Cr\$ 106,79, como demonstra o quadro seguinte:

3 — A Lei do Salário-Mínimo estabelece somente as necessidades alimentares de um trabalhador adulto, em evidente contradição com a Constituição Federal, que determina um salário-mínimo familiar.

Tomando o valor da alimentação para um trabalhador adulto e transformando-o para uma família composta de quatro pessoas — um casal e dois filhos, estes consumindo o equivalente a um adulto — veremos que o custo para consumo alimentar mínimo de uma família é de Cr\$ 320,37 mensais, ou seja 42% superior ao maior salário-mínimo existente, que é de Cr\$ 225,60. E é bom considerar que não foram computados os demais gastos ne-



cessários para habitação, vestuário, higiene e transporte.

4 — O volume de horas mensais necessárias para o trabalhador de salário-mínimo poder atender somente às suas necessidades alimentares, pelo que estabelece o Decreto-Lei no. 399, é demonstrado pelo seguinte quadro:

**VOLUME DE HORAS PARA ADQUIRIR A RAÇÃO ESSENCIAL
BASE: SALÁRIO-MÍNIMO DE SÃO PAULO**

Produtos	Quantidade	Dezembro de 1965	Dezembro de 1971
Carne	6,00kg	26 h 24 min.	42 h 42 min.
Leite	7,5 L.	4 h 15 min.	5 h 22 min.
Feijão	4,50 kg.	7 h 08 min.	8 h 19 min.
Arroz	3,00 kg.	3 h 45 min.	6 h 03 min.
Farinha de trigo	1,50 kg.	2 h 23 min.	2 h 09 min.
Batata	6,00 kg.	7 h 36 min.	4 h 48 min.
Tomate	9,00 kg.	8 h 24 min.	7 h 48 min.
Pão	6,00 kg.	7 h 48 min.	13 h 30 min.
Café (Pó)	600 grs.	46 min.	3 h 23 min.
Banana	7,5 dz.	4 h 00	3 h 38 min.
Açúcar	3,00 kg.	3 h 48 min.	3 h 03 min.
Manteiga	750 grs.	7 h 19 min.	9 h 23 min.
Banha	750 grs.	3 h 44 min.	3 h 18 min.
TOTAL		87 h 20 min.	113 h 26 min.

**CUSTO DA RAÇÃO ESSENCIAL MÍNIMA
SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1971**

Produtos	Quantidade	Preço médio	Quantidade x Preço (Cr\$)
Carne	6,00 kg.	6,69	40,14
Leite	7,5 L.	0,67	5,03
Feijão	4,50 kg.	1,74	7,83
Arroz	3,00 kg.	1,89	5,67
Farinha de trigo	1,50 kg.	1,34	2,01
Batata	6,00 kg.	0,76	4,56
Tomate	9,00 kg.	0,81	7,29
Pão	6,00 kg.	2,11	12,66
Café (Pó)	600 grs.	5,30	3,18
Banana	7,50 dz.	0,45	3,38
Açúcar	3,00 kg.	0,96	2,88
Banha	750 grs.	4,13	3,10
Manteiga	750 grs.	12,08	9,06
TOTAL			106,79

Dos resultados desta tabela pode-se retirar três conceitos:

1 — A visível deterioração do salário-mínimo. Enquanto o trabalhador de salário-mínimo gastava, em 1965, 87 horas e 20 minutos de trabalho-remuneração para adquirir sua alimentação mínima necessária, em 1971, ele passou a gastar 113 horas e 26 minutos. O que vale dizer: para o trabalhador consumir os mesmos produtos alimentares, ele gasta hoje 26 horas e 6 minutos a mais que em 1965. A queda do salário-mínimo real é bastante evidente. O atual representa Cr\$ 2,22 em termos de cruzeiros de dezembro de 1958. O que representa que o salá-

rio-mínimo que em dezembro de 1958 apresentava um poder aquisitivo de Cr\$ 5,90, em dezembro de 1971 apresentava um poder aquisitivo de Cr\$ 2,22. Para o salário voltar ao mesmo poder aquisitivo de dezembro de 1958, seria necessário um reajuste de 265,3%, o que vale dizer que ele deveria representar, em dezembro de 1971, a importância de Cr\$ 598,56.

2 — Para atender ao consumo alimentar de sua família, o trabalhador necessitaria de 262 horas em 1965 e 340 horas e 18 minutos em 1971.



**MÍNIMO,
SALÁRIO
DA FOME**

Ganhando o que ganha, o trabalhador precisa aumentar em 99 horas e 18 minutos sua jornada de trabalho mensal, a fim de alimentar sua família.

Para viver condignamente, todo trabalhador salário-mínimo deveria trabalhar 26 horas por dia. É possível ?

Como a jornada de trabalho mensal é de 240 horas, faltavam-lhe 22 horas e 18 minutos em 1965 e 99 horas e 18 minutos em 1971 para poder alimentar a família nos níveis mínimos vitais, estabelecidos por lei.

3 - Considerando as 340 horas e 18 minutos mensais necessárias para atender às despesas alimentares, o

trabalhador de salário-mínimo deveria trabalhar 791 horas e 21 minutos por mês para atender além dos gastos alimentares, às despesas com habitação, vestuário, higiene e transporte. Considerando que o trabalhador com o maior nível de salário-mínimo (Cr\$ 225,60) ganha Cr\$ 0,016 por minuto, o salário-mínimo para corresponder às 791

horas e 21 minutos deveria ser de Cr\$ 759,70.

A Constituição Federal, assim como a Lei do Salário-Mínimo, estabelece diferenças regionais para a fixação dos níveis salariais. A tabela seguinte demonstra os valores da alimentação, na quantidade mínima necessária para a sobrevivência de um trabalhador adulto, em cinco diferentes regiões geográficas:



RAÇÃO TIPO ESSENCIAL MÍNIMA POR REGIÕES GEOGRÁFICAS - DEZEMBRO DE 1971

REGIÕES PRODUTOS	QUANT.	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
		Preço	PXQ	Preço	PXQ	Preço	PXQ	Preço	PXQ	Preço	PXQ
Carne	6,00 kg	6,51	39,06	5,92	35,52	6,00	6,03	36,18	5,08	36,00	30,48
Leite	15,00 L.	1,38	20,70	0,90	13,50	0,68	10,20	0,68	10,20	0,69	10,35
Feijão	4,50 kg.	1,99	8,96	1,38	5,2	1,49	6,71	1,44	6,48	1,52	6,84
Arroz	3,00 kg.	1,74	5,22	1,93	5,79	2,10	6,30	1,96	5,88	2,02	6,06
Farinha Trigo	1,50 kg.	1,78	2,07	1,48	2,22	1,32	1,98	1,33	2,00	1,52	2,28
Batata	6,00 kg.	1,89	11,34	1,09	6,54	0,73	4,38	0,52	3,12	1,04	6,24
Legume *	9,00 kg.	0,54	4,86	0,69	6,21	0,95	8,55	1,01	9,09	1,28	11,52
Pão	6,00 kg.	2,02	12,12	1,75	10,50	2,15	12,90	1,66	9,96	2,36	14,16
Café (pó)	0,60 kg.	5,05	3,03	5,09	3,05	5,20	3,12	5,09	3,05	5,74	3,44
Banana	7,50 dz.	0,72	5,40	0,79	5,93	0,80	6,00	0,57	4,28	0,86	6,45
Açúcar	3,00 kg.	1,65	4,95	1,22	3,66	0,99	2,97	1,08	3,24	1,19	3,57
Banha	1,50 kg.	4,43	6,65	4,55	6,83	3,79	5,69	3,57	5,36	4,30	6,45
Manteiga	0,90 kg.	10,71	9,64	10,19	9,17	10,03	9,03	11,67	10,50	10,40	9,36
TOTAL			134,60		115,13		113,83		109,34		117,20

O mínimo justo seria de Cr\$ 759.

E quais as conclusões que se pode tirar?

1 - A diferença do custo da alimentação nas diferentes regiões é pequena - de apenas Cr\$ 7,86 se excetuarmos a região Norte - e não justifica diferenças salariais.

2 - Os níveis regionais do salário-mínimo, de acordo com os decretos que os determinaram, são in-

feriores para as regiões mais subdesenvolvidas e superiores nas regiões mais desenvolvidas.

3 - O que deveria existir era exatamente o contrário: os salários mais altos serem decretados por ordem decrescente para as regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul.

Mas as coisas não ficam aí. O Decreto-Lei no. 399 estabelece a ração normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional. A tabela seguinte determina, através desses dados, o custo da ração para o Brasil:

CUSTO DA RAÇÃO ESSENCIAL PARA O BRASIL - DEZ/71

Produtos	Quantidade	Preço médio	Preço x Quantidade - Cr\$
Carne	6,00 kg.	5,94	35,64
Leite	15,00 L.	0,76	11,40
Feijão	4,50 kg.	1,47	6,62
Arroz	3,00 kg.	2,03	6,09
Farinha trigo	1,50 kg.	1,40	2,10
Batata	6,00 kg.	0,84	5,04
Legume	9,00 kg.	1,03	9,27
Pão	6,00 kg.	1,92	11,52
Café	600 grs.	5,18	3,11
Banana	7,50 dz.	0,75	5,63
Açúcar	3,00 kg.	1,10	3,30
Banha	1,50 kg.	3,80	5,70
Manteiga	900 kg.	10,46	9,41
TOTAL			114,83

FONTE DOS DADOS: Produto e Quantidade: Decreto-Lei no. 399 de 30/4/38 Preços Médios: Inquérito Nacional de Preços, IBGE, Dez./71.



Carne é só para dias de festas

O custo da ração seria de Cr\$ 14,83 para um trabalhador adulto. Calculando o custo da ração familiar para quatro pessoas, mas com peso correspondente a três adultos — casal e dois filhos — o gasto seria de Cr\$ 344,49. Partindo deste nível de gasto com alimentação, várias hipóteses podem ser levantadas quanto ao salário-mínimo nacional:

1 — Utilizando a percentagem de 48,07% para os gastos alimentares, o salário-mínimo nacional para tender as despesas da família deveria ser de Cr\$ 716,64.

2 — Utilizando o peso de 3% — menor percentagem expressa no Decreto-Lei no. 68.576, de 10. de maio de 1971, que determinou a última tabela de salário-mínimo



As famílias vivem com renda mensal não superior a Cr\$ 250 e geralmente elas se compõem de quatro a cinco pessoas. Como vivem essas famílias ?

MÍNIMO, SALÁRIO DA FOME

Com o salário mínimo o trabalhador não tem meios para alimentar sua família

mo — para a alimentação, o salário mínimo deveria ser de Cr\$ 801,13.

3 — Utilizando o peso de 57% para a alimentação — maior percentagem expressa do Decreto-Lei no. 68.576 — o salário-mínimo nacional deveria ser de Cr\$ 604,36.

4 — Utilizando a percentagem de 55% para a alimentação — a mais freqüentemente expressa no Decreto-Lei no. 68.576 — o salário-mínimo nacional deveria ser de Cr\$ 626,34.

COMO É

Uma família de quatro ou cinco pessoas e só o chefe da casa trabalha para ganhar salário-mínimo. Ou pouco mais que isso. A casinha é simples, mas própria: não se tem máquina de lavar roupa, mas à noite quase todos vêem os programas de televisão no aparelho comprado a prestação. No fim do mês, as contas: quase todo dinheiro vai para alimentação, transporte e condução. Sobram 3% para todas as outras despesas.

As famílias vivem com uma renda mensal não superior a Cr\$ 250,00. E são, em média, assim. É o que prova uma pesquisa encomendada ao Instituto Gallup de Opinião Pública. Como vivem essas famílias que ganham cerca de Cr\$ 250,00? Esta a pergunta que vamos procurar responder.

1 — Nenhum dos entrevistados tem máquina de lavar roupa; 97% não têm eletrola; 95% não têm geladeira; 21% não têm televisão; 79% não têm máquina de costura; 41% não têm rádio. Os eletrodomésticos custam caro para os que ganham só salário-mínimo.

2 — Alimentação, habitação, transporte. Nisso os entrevistados gastam 97% do que ganham, em média. Ficam apenas 3% para despesas como educação, vestuário e diversões.

3 — Em 91% das famílias entrevistadas, apenas uma pessoa trabalha. E em 95% dos casos ela só tem um emprego, quase sempre de salário-mínimo ou pouco mais que isto.

4 — Muito mais de metade — 74% — dos chefes de família entrevistados nunca foi a um jogo de futebol. E também por causa do

preço, poucos são os que comem carne às refeições. O que dá o seguinte quadro: consumiram carne no dia da entrevista, 28%; não consumiram carne no dia da entrevista, 71%; não costumam variar a alimentação, isto é, comem sempre sem carne, 30%; variam a alimentação, mas não comem carne, 21%; variam a alimentação e comem carne raramente/de vez em quando, 23%; variam a alimentação e come carne duas vezes por semana, 10%; variam a alimentação e comem carne duas ou três vezes por semana, 1%; comem apenas feijão e arroz, 87%; fazem apenas uma refeição por dia, 38%.

5 — 38% das famílias entrevistadas haviam comido, na última refeição, apenas feijão com arroz; 23% haviam comido mais alguma coisa: brinjela, batata, a couve, etc; 19% haviam comido arroz, feijão e carne; e 7% somente tiveram como refeição arroz, feijão, verduras ou legumes e algum tipo de carne.

6 — Os hábitos de ir ao teatro, ao futebol, a parques de diversões e ao cinema também são muito esparsos: 99% dos chefes de família nunca foram a um campo de futebol ou a parques de diversões; 59% nunca foram a um cinema.

7 — Comprar jornais ou revistas não são hábitos das famílias que ganham menos de Cr\$ 250,00 por mês. E dos 34% que compram jornais com regularidade, 9% são periódicos esportivos. A maioria absoluta (94%) não compra revista.

8 — Se todos os operários ganhassem salário-mínimo, praticamente não poderiam se vestir, se educar ou ter qualquer forma de diversão. E isto porque 52% dos trabalhadores gastam até 15% do que ganham em transporte; 12% gastam com condução entre 16% e mais de 20% do seu rendimento. 9% gastam entre 71% e 80% seu salário com alimentação e quase 13% declararam gastar mais do que 81% do que ganham com comida.

9 — 30% das famílias ouvidas ganham até Cr\$ 190,00; 26% ganham entre Cr\$ 191,00 e Cr\$ 220,00; quase 44% dos entrevistados têm uma renda familiar men-

sal que vai de Cr\$ 221,00 a Cr\$ 250,00.

10 — 59% dos entrevistados são fumantes, com a seguinte quantidade: 17% fumam meio maço por dia, 30%, um maço por dia; 1%, de um a um e meio maço; 2%, dois maços; e 1%, mais de dois maços. E este é o número de fumantes por família: apenas uma pessoa fuma, 53%; duas pessoas fumam, 6%; três ou mais pessoas fumam, 2%; ninguém fuma, 39%. Levando em consideração que um maço de cigarros custa um mínimo de Cr\$ 0,80, um chefe de família que fume um maço por dia gastará, no fim do mês, Cr\$ 24,00 — o que representa uma despesa superior a que a média dos trabalhadores que ganham salário-mínimo tem condições de gastar em educação, escola, roupa, diversões, farmácia, médico, etc.

11 — A maioria das famílias com rendimento até Cr\$ 250,00 por mês é formada por até quatro pessoas. Essa proporção é de 55%, sendo distribuída assim: 16% têm em casa entre uma e duas pessoas; 14%, três pessoas; 24%, quatro pessoas. As famílias de cinco pessoas são 13% das entrevistadas; com seis, são 7%; e com sete ou mais são 16%.

12 — O nível de instrução dos chefes de família que ganham salário-mínimo é primário incompleto ou de analfabetismo, em 80% dos casos. Só 20% têm o primário completo ou ginásio incompleto.

13 — A idade média dos chefes de família é de 30 a 49 anos, estando neste quadro 55% dos entrevistados. Uma outra proporção importante: 33% é o total dos chefes de família com idades entre 18 e 29 anos. Somente 12% dos chefes de família que ganham salário-mínimo têm mais de 50 anos de idade.

14 — Os níveis são evidentes: eles mostram que é justamente entre os de idade média, de 30 a 49 anos, que se formam as classes de salário-mínimo, com nível de instrução baixo e com maiores dificuldades de sobrevivência.

Sebastião
Nery

Juarez Távora

CEARÁ

1

Menezes Pimentel, mulato retinto, era interventor do Ceará. Chegou ao Rio uma notícia de que teria sido baleado em Fortaleza. Lourival Fontes, Chefe da Casa Civil de Getúlio, telegrafou a Brasil Pinheiro, chefe da Casa Civil de Menezes:

— Informe urgente governador Menezes Pimentel foi alvejado.

Brasil Pinheiro informou urgente:

— Não. Continua preto.

2

O Ceará tinha os três senadores mais velhos do Brasil: Menezes Pimentel, General Onofre e Fernandes Távora. Somados, quase três séculos.

Uma tarde, Luciano Furtado, cearense radicado no Rio, passa em frente ao Monroe, ali na Cinelândia, e encontra o senador Távora, o mais jovem dos três:

— Senador, o senhor vai para casa?

— Vou, meu filho.

— O senhor quer uma carona?

— Quero, meu filho.

E entrou no carro.

— Senador, onde o senhor mora?

— Um momento, meu filho, um momento.

E foi olhar na caderneta de endereço.

3

Juarez Távora era ministro da Viação de Castelo, foi a Jaguaribe, sertão do Ceará, inaugurar uma obra. O prefeito, sabendo da velha úlcera de Juarez, ficou preocupado com a alimentação e procurou informar-se. Disseram-lhe que o ministro se alimentava muito

pouco. Bastava uma maionese de camarão e um copo de leite.

Em Jaguaribe não há camarão, o prefeito mandou buscar uma maionese em Fortaleza. Foi de avião, no dia, prontinha. Na hora do almoço, a mesa imensa e lauta como as mesas ricas do Nordeste. E, na cabeceira, protegida por um guardanapo de linho, a travessa com a maionese de camarão para Juarez, como uma jóia.

Mal sentaram-se, o presidente da Câmara Municipal puxou o braço do secretário da Câmara Municipal:

— O que é isso aí?

— Maionese de camarão.

— Me dá que eu adoro.

E o presidente da Câmara Municipal jogou a metade no prato. O prefeito viu, ficou em pânico, disse não ouvido do secretário da Câmara Municipal:

— Fala para ele que essa maionese é do ministro. O ministro gosta muito.

— Mas ninguém gosta mais do que eu.

E o secretário da Câmara Municipal jogou a outra metade no prato.

Juarez almoçou leite.

4

Crisanto Moreira da Rocha, deputado cearense, dava uma feijoada em seu apartamento na Avenida Atlântica. Era 1958. Havia cearense importante saindo pelas janelas.

Virgílio Távora, hoje senador, chegou mostrando um revolver a gás que seu compadre João Goulart, vice-presidente, tinha trazido dos Estados Unidos. Virgílio explicava:

— É para defesa pessoal. A gente atira, o sujeito cai e meia hora depois está de pé. Mas vencido.

Francisco de Almeida Monte, deputado há 20 anos, sogro do ministro e depois governador Parsifal Barroso, ficou tarado no revolver a gás:

— Então é assim, Virgílio? A gente atira, o sujeito cai e não morre? Que beleza. Vou arranjar um.

— Para que, Chico?

— Quando ele cair, eu costuro ele na faca.

5

Nagib Gazelli, comerciante, tinha três filhos: Zé, Chico e Assad, Zé e Assad chegavam à loja todo dia bem cedinho. Chico só depois das dez. Nagib chamou Chico:

— Meu filho, teus irmãos estão aqui desde cedo. Por que só tu atrasas?

— Ah, pai, é que eu durmo devagar.

6

Martins Rodrigues era interventor, soube que o prefeito de Assaré estava roubando a Prefeitura. Pegou o carro, foi lá:

— Prefeito, precisamos conversar.

— Está bem, doutor Martins. Mas deixe para amanhã. Desapeie do carro, jante, durma aqui e amanhã eu mostro tudo ao senhor.

— Não posso. Tem que ser logo hoje.

— Mas, doutor Martins, hoje aqui tem um boi (bumba-meu-boi no Ceará é só boi) que vai dançar.

— E o que é que eu tenho com isso?

— É que o boi sou eu.

Foi bovinamente demitido.

7

José Furtado era prefeito e chefe político de Crateús. A cidade se dividia entre marretistas e conservadores. José Furtado era marretista. Chegou o novo delegado de Crateús, capitão Pelgrino Montenegro.

Queria agradecer ao prefeito de qualquer jeito. Mandou chamar o coronel Manuel Gomes, adversário de José Furtado:

— Coronel, qual é seu partido?

— Eu sou neutro, capitão. Uma banda conservador e outra banda marretista.

— Soldado, pancada nele de um lado só.

8

Bié, porta popular de Fortaleza, era muito amigo de Lutero Vargas, filho de Getúlio. Toda vez que Lutero ia ao Ceará, Bié bebia dias a fio, dizendo versos escritos em escocês.

Já no fim da ditadura, Lutero voltava dos Estados Unidos, desceu em Fortaleza. Ofereceram-lhe um grande banquete. Nobreza, clero e puxa-sacos, estava lá a fina-flor da cidade. O orador foi o arcebispo. Lutero agradeceu emocionado. Mas nem teve tempo de se levantar, porque Bié pediu a palavra lá da ponta da mesa:

— Meu amigo Lutero, tenho um pedido a te fazer em nome de todo o povo do Ceará. Leva para teu ilustre pai esta mensagem, que não é minha, mas do Estado. Pede a ele que me nomeie arcebispo de Fortaleza.

Quando viram, o Arcebispo já estava na porta.

9

Mineiro é prefeito de senador Pompeu. No dia da vitória, deu um churrasco no sítio aos amigos. De Fortaleza foi um representante do governador César Cals.

Quando o representante do governador chegou, não encontrou o prefeito. Mineiro, vestido de gibão de couro, estava montado tentando derrubar um boi preto pelo rabo, no pasto em frente. A mulher foi chamá-lo:

— Vem, Mineiro, que o representante do governador está aí.

— Só vou depois que derrubar esse boi.

Duas horas depois, o prefeito não tinha derrubado o boi nem voltado. Os amigos foram buscá-lo:

— Venha ligeiro. O homem está querendo ir embora.

— Então que vá. Vocês acham que eu vou trocar o rabo de um boi por um representante de governador?

10

Jader de Carvalho, famoso jornalista, era de briga. Brigou com Lauro Nogueira, juiz e professor de Direito, casado com uma médica de grande clientela, doutora Menininha. Quando Getúlio criou o salário-esposa, Jader publicou isto no "Diário do Povo":

— "O professor Lauro Nogueira requereu ao diretor da Faculdade de Direito, onde ensina, o salário-esposa. Despacho do diretor da Faculdade: — Não. Esse benefício é para marido que sustenta mulher".

O que aconteceu, depois eu não sei. No Ceará sempre acontece.

A BARRA, HOJE, É OBJETIVO DOS QUE TÊM VISÃO



A Barra da Tijuca, para o Rio, é como a Lua para a Terra: deixou de ser dos namorados! De romântica, transformou-se em objetivo dos arquitetos, em sonho dos urbanistas e em paraíso dos paisagistas. Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx que o digam. Lúcio Costa, com seu **plano piloto** quer erigir a **Cidade do ano 2001** na Barra. Para homens inteligentes, a Barra é a solução. É a fuga dos centros urbanos, superpovoados, poluídos em ar e som. Representa o contato com a natureza, no que ela oferece de mais belo e agradável.

O Centro Administrativo do Estado da Guanabara — CADEG — está projetado no **plano piloto**, criados, ambos, pelos Decretos-leis nos. 42, de 23/06/69 e 2.913, de 23/06/69, respectivamente. Um conjunto de edifícios modernos, confortáveis, funcionais. A idéia nasceu no governo Negrão de Lima, por força do óbvio: a Guanabara não pára de crescer e sua expansão natural procura os caminhos da Baixada de Jacarepaguá, da Barra da Tijuca, em síntese. O **plano piloto** deu origem a outros projetos da iniciativa privada, todos revolucionários em estilo arquitetônico. A área supervalorizou-se. Mas tudo em função da construção do CADEG, claro. Hoje, contudo, parece que a Barra está ameaçada, porque segundo consta, o atual governo carioca quer construir o CADEG na área do Mangue. Interesses, conveniências ou defesa do Estado?

RACIONALIZAR É O CERTO

O centro da cidade está cada vez mais irritante. São mais de dois milhões de pessoas que trabalham, transitam, enchem avenidas, ruas, edifícios. São milhares de carros que buzina, poluem o ar, engarrafam-se. São os telefones que não ajudam, cruzam linhas, cortam conversas. São os sinais dessincronizados que atrapalham a todos, carros e pedestres. São os elevadores de prédios novos e velhos que enervam. São camelôs e mendigos, gritando aos nossos ouvidos, cada qual vendendo sua mercadoria. É, enfim, o centro infernal, "a máquina de fazer deídos", diria Stanislaw.

E o serviço público estadual está nesse inferno, com repartições separadas por quilômetros de prédios espalhados, de Botafogo ao Castelo. Somem-se as dificuldades de estacionamento para carros oficiais, o **vaivém** de gente procurando gabinetes para acertar bobagens, dificuldades de intercomunicação entre secretarias, departamentos, etc. Logo, racionalizar a atuação do Poder Público, centralizando seus serviços num conjunto específico, é o ideal, o certo.

Miremo-nos no espelho do governo federal com Brasília (esplanada dos ministérios).

NO MANGUE

Ora, se a dificuldade é resolver inúmeros problemas que afligem o desenvolvimento dos serviços públicos estaduais, querer construir o CADEG na área do Mangue representa a maior heresia do século XX. A área do Mangue, além de estar situada no centro da cidade, na emboadura do Túnel Santa Bárbara que liga a Zona Sul à Norte, fica à margem da Avenida Presidente Vargas, a cerca de 300 metros da Central, onde o tráfego é o mais difícil e infernal possível, a qualquer hora do dia. A área não dispõe de urbanização, de rede telefônica e água potável suficientes; de reserva para estacionamento; possui rede elétrica deficiente. Quer dizer: o Estado teria que reinstalar tudo isto e urbanizar toda a área.

E as indenizações? Afirmam alguns técnicos, que o Estado teria que dispor, no mínimo, de Cr\$ 50 milhões para indenizar os atuais proprietários daquela área. Cada metro quadrado custa, ali, Cr\$ 500,00. Não aceitamos e até acreditamos ser maldade, quando afirmam que a Empresa Jornalística O Dia/A Notícia e a Rio Gráfica Editora (O Globo) seriam proprietárias de 70% daqueles terrenos. E não acreditamos no boato, porque o Sr. Chagas Freitas ainda é o diretor-presidente da empresa que edita **O Dia/A Notícia**, enquanto **O Globo** foi o único a apoiar a mudança do CADEG para o Mangue. Seria uma dose para elefante, o Sr. Chagas Freitas patrocinar "essa mudança". Em suma, o Mangue não resiste ao menor exame de possibilidades, em termos de construção do Centro Administrativo da Guanabara. Nem de longe...

A BARRA

A idéia que visou a Barra da Tijuca nunca foi genial. Ela nasceu da visão de homens que vêem o Rio do ano 2000. A cidade, hoje, já invade a Barra. Logo, por que não construir o CADEG, agora, onde cada m² custa Cr\$ 5,00, para administrar a cidade do amanhã? É um problema de raciocínio lógico. E observem bem se a razão não está com Lúcio Costa:

Segundo dizem, o governo atual alega que não existem, na Barra, os serviços essenciais, isto é, infra-estrutura: água potável, telefones, urbanização, energia elétrica (em termos de força), rede de esgotos, etc. Muito bem, então faça-se tudo isso. Aliás, se o governo precisará

dispor de Cr\$ 50 milhões para indenizações no Mangue, poderá aplicar essa quantia na instalação desses serviços.

Por outro lado, sabemos que existe uma verba de Cr\$ 500 milhões, destinada ao Estado e vinculada ao BNH, este ano, dos quais Cr\$ 84 milhões se destinam para obras de saneamento básico na Barra. Também existe um contrato de financiamento internacional para a CEDAG, da ordem de US\$ 15 milhões, para levar água do Guandu para a Barra. Quanto a telefones, é só precisar e a CTB amplia seus serviços, enquanto a Light está aí pronta para aumentar a luz e força na Barra, porque ambos os serviços já existem, por força do aeroporto executivo da GB. A urbanização virá com a instalação do CADEG e de outros projetos. O que falta?

Vias de acesso? Não faltam. Além das tradicionais, lembremo-nos da auto-estrada Lagoa — Barra que nos leva do Centro à Barra da Tijuca em cerca de 20 minutos. Quer dizer: menos tempo do que se gasta para estacionar no Centro. Da Zona Norte, teremos a Via-11, o primeiro **free-way** carioca, que vai ligar o aeroporto supersônico com a Barra, em 10 minutos. E agora, falta alguma coisa mais?

Falta, sim. A nosso ver falta uma tomada de decisão firme, pública do governo carioca, em relação à construção do Centro Administrativo da Guanabara. Afinal todo o futuro desta Cidade-Estado está dependendo dessa decisão, e o Governo da Guanabara não pode se insurgir contra decretos-leis do próprio Estado. Sim, porque a Barra da Tijuca, além de representar o caminho de expansão da cidade, já é uma atração turística. Notem-se o Hotel Nacional, imponente, belo. O futuro Sherigton-Hotel e outros de categoria internacional. Reparem o que se projeta e o que já se constrói na Barra de hoje, que será transformada na Cidade do Futuro. Naturalmente que a presença do Governo estadual ali funcionaria como incentivo à iniciativa privada, que precisa de apoio para poder colaborar com o desenvolvimento do Estado.

De nossa parte, embora não conseguíssemos nenhuma informação sobre a construção do CADEG, se será na Barra ou no Mangue, ao peregrinarmos pelos **canais competentes** do Estado, soubemos que o Sr. Chagas Freitas está "mais ou menos convencido de que a Barra é o melhor caminho". Estamos prestando a nossa colaboração: entre a Barra e o Mangue, não existe nem termo de comparação, Governador. E V.Exa. sabe disso, melhor que nós. Como dissemos antes, não acreditamos em "interesses inconfessáveis", mas em interesses de Estado, e nesse campo, sinceramente, a Barra vence.

**Hélio
Duque**

Depois de sofrerem prejuízos ditados pelos interesses das nações consumidoras, os países produtores de café resolveram reagir. E o Brasil é o líder.

O CAFÉ AMARGO É PARA O LAVRADOR. O LUCRO É APENAS PARA O COMERCIANTE.

No comércio de café quem mais lucra é quem está longe da produção. Esta é uma afirmativa que todos aqueles que lidam com essa atividade econômica, a segunda no mundo (a primeira é o petróleo), proclamam a toda hora. E na própria pauta de exportação cafeeira, quem ocupa os primeiros lugares são sempre empresas internacionais que, lá fora, acionam os seus mecanismos para oscilarem os preços do produto, de acordo com os seus interesses.

Dessa maneira foi que no ano de 1971 tivemos um prejuízo de quase 250 milhões de dólares com as exportações cafeeiras. Ou mais claramente: em 1970, vendíamos uma saca de café por US\$ 57,43; em 1971, fomos forçados a aceitar o preço de US\$ 41.

Para fazer face a essa constante depreciação de preço do café foi que, recentemente, as principais nações produtoras reuniram-se em Genebra, para criar um mecanismo de defesa para as economias das nações produtoras. Já que a OIC (Organização Internacional do Café) é mecanismo que defende os interesses das nações consumidoras.

E foi assim que o Brasil, primeiro produtor mundial, assumiu importante posição de liderança junto às nações produtoras latino-americanas e africanas, ao conseguir a aprovação de 48,4 milhões de sacas de café, como teto máximo, para o corrente período cafeeiro.

Trata-se de uma reação justa dos produtores. Após constantes prejuízos ditados pelos interesses antagonistas das nações consumidoras, os produtores resolveram dar um basta a uma situação flagrantemente injusta. Mostrando que se a unidade perdurar, como se espera, entre as nações produtoras, não haverá daqui para a frente superprodução oferecida nos mercados cafeeiros internacionais, que só serviu, até agora, para acentuar a desvalorização do produto.

Se na perspectiva externa uma saída foi encontrada, resta aguardar para ver se dará certo, no que se refere a uma maior proteção à economia nacional, o mesmo não podemos dizer na perspectiva interna. Principalmente se enfocarmos a situação real da lavoura cafeeira, setor que trabalha e produz efetivamente.

A perda do poder aquisitivo do agricultor do café é um fato facilmente constatável. E fomos pesquisar o fato exatamente naquela que é a maior área produtora de café do mundo: o Norte do Paraná. Examinando os dados de agosto de 1971 a abril de 1972, nos surpreendemos com esse fato: dos últimos aumentos concedidos pelo Governo, muito pouco, ou quase

nada, foi para a lavoura cafeeira. Querem ver?

1) — Os bancos que operam no Norte do Paraná tiveram que financiar no segundo semestre de 1971, um total de quatro milhões de sacas de café. Na base de Cr\$ 150, que era o preço da saca do produto sem as tributações oficiais, teremos um total de 600 milhões de cruzeiros novos. E a uma taxa de 1,5 por cento (a mais barata do mercado financeiro) constatamos que a rede bancária norte-paranaense teve um ganho de algumas dezenas de milhões de cruzeiros no período. Atingindo nos meses de novembro-dezembro juros da ordem de 9 milhões de cruzeiros, em cada mês. Esse montante de financiamento veio da necessidade que o comerciante de café teve de segurar o produto armazenado esperando os novos preços vigorarem a partir de janeiro de 1972. É um financiamento referente a um semestre. Precisamente de julho a dezembro de 71. Já que o preço em junho era de Cr\$ 165, estando acertado de antemão que esse preço iria para Cr\$ 182 a partir de janeiro. O custo, portanto, para financiamento desses estoques cafeeiros é altíssimo.

2) — Para o comerciante, nem tanto. Ele compra, financia e aguarda a mudança de preço que se efetiva com prazos estabelecidos. Porém para a lavoura, a situação é triste. Mais que isso, é uma gradativa situação de empobrecimento o que se verifica. O lavrador, premido por uma série de circunstâncias, só tem um caminho: corre à cidade e vende ao comerciante, já que seu objetivo imediato é fazer dinheiro. O comerciante, por sua vez, aguarda as possíveis modificações internas e externas da política cafeeira no período. E no fundo mesmo, quem vai arcar com o financiamento é a lavoura, pois este já foi descontado na compra do café em coco.

3) — O lavrador, por outro lado, não possuindo uma infra-estrutura que agüente um financiamento bancário, coloca o produto no mercado a preço relativamente baixo.

Poderia se perguntar mais concretamente: então por que o lavrador não guarda o produto e pede financiamento junto à rede bancária, esperando o novo preço? Aí, então, é que entra sua deficiência infra-estrutural: a) não possui, na maioria dos casos, instalações onde possa guardar com segurança o produto; b) a existência em função disso de riscos excessivos, que nem sempre vêm a ser cobertos pelo "seguro"; c) a grande maioria, em função da pequena quantidade, não vê margem em guardar e pedir o

financiamento à rede bancária. E além do mais, o pequeno lavrador não encontra nem condições psicológicas para recorrer às intrincadas malhas do financiamento bancário; d) a pressão do "parceiro" que tem sempre em média 40 por cento de participação no volume da produção e muitos deles funcionam dentro do chamado "ano-agrícola" forçando o acerto ao final da colheita. Por isso, há a necessidade de vender para fazer dinheiro, já que estão na sua maioria numa situação "deficitária". Quando não é o "parceiro" é o próprio "patrão" que por não ter uma sólida estrutura econômica tem de vender logo.

Enfim, são fatores que servem para um empobrecimento gradativo daqueles que efetivamente trabalham, produzem e que na hora dos grandes lucros vê esse ser canalizado para outros setores. Em síntese é uma umá descapitalização ascendente da lavoura cafeeira. E o pior é que grande parte da produção é mantida por pequenos e médios lavradores. Especialmente no Norte do Paraná, região onde os grandes latifúndios inexistem. E o problema passa então a merecer um enfoque mais realista.

O que há na realidade é uma política econômica global que não olha muito para a situação do lavrador. E esse fica marginalizado dos lucros altíssimos que sua atividade traduz em termos de riqueza nacional. E de riqueza, muito mais para alguns, especialmente a rede bancária.

O que estamos precisando é de uma política de "flexibilidade de preços", proporcionando reajustes mensais, possibilitando assim a que o trabalho do lavrador fosse respeitado e protegido. Contando com esse novo fato na política econômica cafeeira, ele poderia aguardar sempre o novo preço. Já que sabia que todo mês tinha preço diferente.

Como está, atualmente, só serve para fortalecer a cada seis meses a situação da rede bancária. E por outro lado, dentro dessa sistemática, o IBC permanece em cada 6 meses, um período de 5 meses absolutamente inerte. Menos por culpa sua, mas pela realidade dessa política de reajuste de 6 em 6 meses, que provoca um congestionamento administrativo. Já que o comerciante, com muita razão, só entrega o produto ao IBC no último mês, concentrando, portanto, em 30 dias um trabalho que se em outro sistema de política econômica não proporcionaria essa situação de afogadilho. Por quê, praticamente, durante todo o ano o IBC estaria comprando.

Indiscutivelmente, há uma necessidade de mudança na atual política econômica cafeeira. Que se crie uma estrutura que

detenha o paulatino empobrecimento da agricultura. Dos últimos aumentos concedidos ao café, praticamente nada foi para a lavoura. Ele foi todo absorvido pelo comerciante e pela rede bancária. Nessa hora, lembremos o exemplo da "Escola Fisiocrática", que instituída há dois séculos da França, realçava em níveis exagerados, a atividade agrícola, tendo nesse setor o único produtor da sociedade econômica, sendo os demais considerados "estéreis" e "parasitários". Não somos adeptos da corrente "fisiocrática", mas temos que ver que a situação da agricultura no momento está se encaminhando, especialmente no setor cafeeiro, para a concretização daquela máxima popular: "se ficar o bicho pega, se correr o bicho come".

Por exemplo, em detrimento da lavoura, os últimos aumentos do café foram absorvidos da seguinte maneira:

a) — Deu-se um esquema de preço para um ano de maneira irreversível. Assim em 1971, de julho em diante o preço da saca de café era Cr\$ 165,00; e de janeiro em diante, de 72, o preço seria de Cr\$ 182,00.

b) — Em fevereiro de 72, os organismos econômicos autorizam o Conselho Monetário Nacional a dar esse reajuste:

de abril a junho — Cr\$ 190,00

de julho em diante — Cr\$ 200,00

Nessa altura o café já estava todo nas mãos dos comerciantes, mais de 80 por cento do volume produzido. A lavoura, retém, somente no máximo 20 por cento da produção. Contudo, um fato mais importante irá acontecer em seguida. Antes desses preços entrarem em vigor veio um novo aumento, em detrimento, mais uma vez, da lavoura, não obstante, em março efetiva-se novo reajuste determinando que:

de abril a junho o preço seja — Cr\$ 197,00

de julho em diante — Cr\$ 210,00

E nessas alturas a lavoura já vendeu praticamente toda a sua produção.

Quem irá se beneficiar com esses reajustes, em momento algum, será o agricultor. O pobre do lavrador que deu um duro dos diabos e que no fim vê seu trabalho reduzido no ganho da produção, a um condicionante marginalizante na esfera econômica.

É por isso que acreditamos na urgente necessidade de reestruturação e de um melhor preço mínimo para a lavoura cafeeira.

Dizendo que "meu cárcere não foi de ferro nem de cimento, foi de ouro", Cecília mostra, bíblicamente, que vivia "nas profundas trevas exteriores"

Cecília Prada



País Museu tem disso: Cecília Prada escritora (com um livro premiado — *O Caos na Sala de Jantar* — e, evidentemente, não publicado), jornalista, diplomata, teatróloga. Cecília Prada quase desconhecida entre nós. De 1962 a 1964 participou da vanguarda teatral novaiorquina, tendo escrito um manifesto plataforma para o hoje famoso *Open Theater*. Sua peça "Central Park bench no. 33, flight 207" foi considerada pelo *VILLAGE VOICE* — um dos jornais mais sérios em matéria de crítica teatral

americana — como trabalho de inteligência e intensidade fora do comum. Trata-se de um país curioso: cada vez se pensa, fala, escreve e publicamos.

Se, no plano da racionalização operacional econômica, o vivo — ou seja:

o dinâmico — apreende o morto, na esfera cultural propriamente dita, o morto — ou seja a coisa empalhada — engole os vivos. Sufocando-os. Isso tudo reflete uma estrutura de relações políticas, sociais e humanas que são basicamente arcaicas e

contrárias ao nosso tempo.

Dois crônicas: *Novas "Memórias do Cárcere"* e *Maria, a simplesmente*. Através sua subjetividade Cecília denuncia tanto uma tradição esclerosada que há muito perdeu sua razão de ser (se já podemos jogar o jogo da política internacional com coringas na mão, onde está nossa atuação, por que não jogá-lo?) quanto a pieguice careta da novela que oculta, por meio de emoções epidérmicas, a verdadeira face de nossa realidade. (Oliveira Bastos)

CHORO E RANGER DE DENTES

Meu cárcere não foi de ferro nem de cimento, foi de ouro. Meu cárcere tinha grades pesadas mas reluzentes, e todas enfeitadinhas de pedrinhas. As pessoas passavam a vida inteira contando as pedrinhas, se empenhavam na tarefa, gostavam, sentiam-se realizadas. Havia luzes de cristais resplandecentes, música, flores — amores? — muitas palavras, sim, sobretudo muitas palavras. E muitos reflexos.

E no entanto, bíblicos, vivíamos "nas trevas exteriores, onde há choro e ranger de dentes".

No ritual invariável de "outrossins" e "deveras", e "aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exa.", gente fez de conta que viveu, gente foi, gente veio, gente morreu. Devagar e sinistra, a Casa, tentacular (que, como todo mundo sa-

be, vem de tentar): pois a Casa tentava, com seus ouropéis e condecorações, jantares e promoções, seus olhinhos de velha caquética se brejeirando de rebolice jesuítica. Lenta. Tentacular.

Grande polvo disfarçado em útero materno, a Casa, tendo uma existência própria e englobando-nos, deglutidos, a todos nós, pequeninhos, necessitados de uma casa. . .

. . . onde outros mandem em nós, resolvam por nós, pensem por nós, recompensem-nos ou punam-nos, dando balinhas e promoções para vocês, para nós todos, comportadinhos façam tudo o que eu quero se não te corto aquela coisa, te deixo sem promoção remoção condecoração consideração tudo rima com coração e com chateação, e isso era o

que era aquilo mesmo — e nós de vestido preto colar de três voltas falso ou verdadeiro não importa, porque todos éramos igualmente falsos, nós todos filhinhos queridinhos, com uma certa liberdade de movimentos até, podem ir daqui até ali em passos contados, não, não, nem um centímetro a mais, voltem, tá na hora de voltar, para não apanhar sereno, não gritar palavrão, não ficar louco, não jogar cinza no tapete, não cuspir no copo de Sua Excelência, não, não, não. . .

— Ah, que vida tão formidável, que lindo, casou com um diplomata. . . Conhece Fulano e Sicrano? . . . E era uma vez Londres Paris Hong-Kong ou King-Kong. . .



Choro e ranger de dentes

E o que mesmo que era uma vez? — não importa porque esqueci e não tinha mesmo importância porque nada tem importância, porque todas as coisas justamente são tão terrivelmente importantes.

Sobretudo, não esquecer de mandar rosas de cabo comprido. Isso, eu disse, de cabo comprido, é claro — e uma dúzia de onze ou de treze, porque dúzias de rosas de doze é insulto porque não dá idéia da espontaneidade de quem oferece. . . parece até que se passou na florista do lado e se encomendou com cara de tédio mal dormido uma dúzia de rosas e pronto, e isso não seria certamente verdadeiro porque na realidade não se passou na florista do lado, mandou-se a secretária passar. E na realidade ela também não passou, mas telefonou: "Por favor, quatro dúzias de onze rosas vermelhas de cabo comprido, ou pode ser três dúzias de onze e uma de treze".

— Não, não, eu não diria exatamente que as paredes eram tortas. Ou que tremiam. Como nos filmes expressionistas, o senhor quer dizer? . . . Não, pelo contrário, as paredes sempre foram muito retas.

Bem sólidas. À prova de fogo? , não sei, porque um incêndio seria evidentemente uma falta de gosto. E depois, o Manual de Serviço não prevê incêndios. Mas posso garantir, eram paredes rijas e retas — à prova de coquetéis. E os coquetéis, essa força da natureza, estão previstos, sim, estão amplamente previstos no Manual de Serviço. Segundo reza a praxe, inclui-se sempre mesmo, em todas as edições, um capítulo especial. "Dos coquetéis, terremotos, inundações, e outros atos de Deus".

— Se Deus ia a coquetéis? Bem, não, exatamente. . . mas. . . Sim, claro, quero dizer. . . Talvez se possa consultar o Senhor Ministro, é uma inteligência aberta e brilhante, dotado de memória excepcional. E sobretudo, sempre a par dos acontecimentos de repercussão mundial.

Quanto a mim. . . posso assegurar-lhe, nunca encontrei Deus em coquetéis. Ali Khan sim, uma vez, no Consulado em Lausanne. Os Mello Franco também, muito meus amigos, naturalmente, até meio aparentados com a minha tia Gertrudes, de Conceição de Cataguazes. John dos Passos, naturalmente, naturalmente. Conheci-o muito, mesmo. Agora Deus, confesso. . . Não. Não conheci. Lamentável, não acha?

Uma novela de segurança como todas as outras criadas para segurar empregada em casa à noite, simplesmente alegre e engana a vida de muita gente



- MARIA, A SIMPLEMENTE -

Já pensaram: no dia em que a nossa novela de segurança — que é a *Simplemente Maria*, e também todas as outras, novela de segurar empregada em casa à noite, novela-pedra-em que repousamos nossas cabeças acolchoadas der curto-circuito? No dia em que Maria, a simplesmente, não quiser mais simplesmente casar, com Roberto ou com Estevão, ou com ninguém?

Já pensaram: vai ser um dia de "então como é?"

Para nosso sossego, Maria, a simplesmente, precisar achar e continuar a achar, pelos séculos dos séculos, muito bacana isso que nós somos, as patroas casadas. Nossa aliança é de ouro — pelo menos, Maria. De brilhantes, na maior parte das vezes. O brilhante, caso você não saiba, Maria, é uma pedrinha assim que vale muito porque faz assim-assim, dá um reflexo. . . E gente que tem reflexo no dedo, gente que usa pedrinhas em torno do dedo, tem mais valor, é, tem, Maria, você não sabia? É por isso que você é simplesmente. Nosso céu tem mais estrelas e nossos filhos são mais filhos do que o seu (obtido via-natureza só, e não via-anel). Não sabia, Maria?

É isto que estamos tentando lhe dizer, desde sempre. Todos os dias lhe dizemos, por todos os meios, mas você é tão teimosa e burra, Maria — insiste em deixar uma caçarola suja embaixo da pia, joga poeira debaixo do tapete, e decerto ainda não reparou que nossos filhos têm olhos cor de rosa e cabelos verdes. Não são simplesmente, como o seu. São complicadamente, os nossos, não comem coisa que cai no chão — e não como o seu, que, simplesmente, não come —, não podem ter medo do escuro e acreditar em mula-sem-cabeça, têm "psicólogas" para curar-lhes os complexos (o seu, sendo simples, não tem complexos); vão a jardins de infância e escolas-maternais de

nomes todos-bonitinhos-de fresquinhos, pernalongas luluzinhas sossegos da mamãe recreio dos papais saúde das vovós. . . em que "tias" dão beijinhos dão florzinhas recebem chequinhos desenham patinhos, que amor, que talento. . . O seu, simplesmente, Maria, vai — quando tem vaga — à escola pública de professora-mal-paga de cara de nojo de "ter de lidar com essa gente", onde, quando muito, uma pata não desenhada, nada. E quando ele volta para casa — onde você não está, Maria, porque simplesmente você está em nossa casa vendo, simplesmente, a outra Maria — ele vai chorar em cima do caderno porque na escola pública onde por sorte teve vaga, ele não entende o pedacinho de professora que lhe coube dos outros quarenta e dois que repartem duas horas e meia de aula com ele, não ouviu a explicação, não entendeu, azar dele, não sabe fazer conta nos dedos sujos de unha roída (porque a simplicidade da matemática moderna ficou toda para os nossos filhos de olhos cor de rosa e cabelos verdes. Para o seu, de cabelo carapinha, resta a taboada decorada, a conta difícil, o grito da professora, o dever muito para o ninguém que o acompanha em casa. . . e a decisão final, irrevogável, selando-o para a vida: "não tem nível para prosseguir os estudos" . . .). Você dá uma surra nele e manda-o para a rua, com caixa de engraxate.

Enquanto isso os nossos, os privilegiados de cabelos verdes, nas escolas onde coelhinhas comem florzinhas fresquinhas para tiazinhas montessorianas ou metidas a, ah, sempre têm nível de gênio, aprendem com "facilidade excepcional", confeccionam presentinhos no dia das Mães. . . Questão de reflexos, mais uma vez, Maria — o nosso carnet de cheques tem mais reflexos do que nossos anéis de brilhantes.

E é isso o que você, simplesmente, não sabe, Maria. Não sabe o

susto que pregaria em nós todas, Maria, no dia em que você, na hora da sua novela predileta, fizesse um gesto, um gesto só: avançasse para a televisão e a desligasse. Uma pausa grande e embaraçada haveria — na mecânica do universo. Na hora em que você sacudisse dos ombros, simplesmente, o seu sonho dourado de casar com o Roberto-Estevão-João Coragem. . . . No dia em que tomasse na mão nossa aliança, de ouro ou de brilhantes, (isso no momento anterior à nossa chamada da polícia, é claro), e a olhasse bem, bem de perto mesmo, e desse uma risada grande, bem grande, bem aberta, cafona e escachada mesmo, ali bem no centro do nosso living de pinho de riga, à sombra dos nossos anjinhos barrocos roubados às igrejas de Ouro Preto, e dissesse, com seu sotaque bem mineiro: "Uai, gente, é uma roda igualzinha às outras, tem umas pedrinha que brilha. . . e daí?" (Porque o meu filho ia valer mais, ia ficar mais filho, com roda ou sem roda, de ouro, de brilhantes, de latão, de fumaça? . . . E pensando bem. . . se eu fôsse D. Fulana, como sempre quis. . . e daí. . . e daí, mesmo? . . . quem sabe até se essa dor de cabeça que ela diz que tem, e que eu acho simplesmente fricote de gente rica — é mesmo falta de serviço, de ter o que fazer, e falta de felicidade, que nenhum médico descobre. . .).

Nesse dia, Maria, você pegava o seu menino, que é de ouro, porque é seu e é único, e saía correndo, Maria, dava um pulo de dentro do canal quatro, de dentro dos nossos livings semibarrocantes, deixava seu menino mijar no nosso sofá de couro, chutava a nossa aliança de brilhantes. . . Saía correndo pelo mundo, Maria.

O que você não sabe, Maria, é que esse dia seria um grande dia para nós todas. Talvez você, nesse dia, Maria, simplesmente, também nos vingasse — nos liberasse.

POLITIKA

11

fikção

A morte por dormir

O sistema penitenciário brasileiro está a merecer uma reforma básica, que lhe dê condições para, efetivamente, cumprir suas finalidades. E olhem este exemplo: segunda-feira última, numa cela de dezesseis metros quadrados, que abrigava quarenta e cinco homens, em Nova Iguaçu, dois presos, após uma discussão, mataram um lavrador, detido para averiguações. Sabem a razão da discussão e do crime posterior? O lavrador não tinha onde dormir e empurrou um de seus companheiros, que dormia no chão, para encontrar onde descansar. Então vejam: quarenta e cinco homens dormindo no chão, num espaço de dezesseis metros quadrados. É ou não é uma questão de humanidade a reforma do sistema penitenciário?

Editorial-1

"Quem não aplicar remédios novos deve esperar novos sofrimentos, pois o tempo é o grande inovador". (Editorial escrito por Francis Bacon sem nunca ter pensado na crise institucional brasileira).

Dia do volto

Esta é do Arley Pereira, ilustre coleguinha do **Diário da Noite**, de São Paulo. Está genial: "depois do **Dia do Fico**, Dom Pedro I está a merecer nova comemoração, o **Dia do Volto**".

As casas do Banco Central

O Banco Central assinou contrato para a construção de 804 apartamentos, em 21 blocos, para seus funcionários de Brasília. Muito bem. Uma medida realmente inteligente, que porá fim a uma das maiores despesas, com funcionários, da qual já tivemos conhecimento. A história é esta:

Quando começou a transferir funcionários para Brasília, o BC os requisitava do Banco do Brasil, com as seguintes vantagens: aumentos salariais, através de gratificações e comissões, e casas, de três ou quatro quartos, de cujo aluguel os trabalhadores pagariam apenas 10%.

Então ocorria o seguinte: um funcionário que, na Guanabara, tinha salários de Cr\$ 1.200,00 ia para Brasília recebendo pouco mais de Cr\$ 2.500,00. Além disso, estava a sua disposição um apartamento de três quartos, cujo aluguel, de Cr\$ 1.200,00, era pago da seguinte maneira: 10% pelo funcionário e 90% pelo Banco.

E isto ocasionou um acúmulo de despesas da ordem de Cr\$ 700 milhões mensais para o BC. Que, convenhamos, dava para construir meia dúzia de conjuntos habitacionais como os que agora foram contratados.

Otimismo e pessimismo



Sílvio Santos lançando uma campanha de otimismo com essa musiquinha:

"Sorria, Sorria
É tempo de sorrir.
Sorria,
Sorria para a vida
Que a vida é alegria,
É tempo de sorrir
Sorria."

Sendo o otimismo tão parcial e negativo como o pessimismo, aproveitamos a mesma música, apenas mudando algumas letras, para nossa campanha:

"Sorry, Sorry
É tempo de sorry
Sorry
Sorry para a vida
Que a vida é sorry
É tempo de sorry
Sorry."

Quando sai a campanha do realismo?

Eficiência da ECT

O antigo Departamento de Correios e Telégrafos foi transformado em empresa para ganhar eficiência, pois como DCT não funcionava mesmo. As cartas eram colocadas no correio e se chegassem ao destino levavam pelo menos um mês. Agora não, a coisa é eficiente mesmo. Querem ver um exemplo, Jorge França, que trabalha no **Diário de São Paulo**, sucursal Rio, encontrou no **Diário de Notícias**, uma carta para ele. Pergunta-se: vai ver que o endereço estava errado. Nada disso, o endereço estava certinho.

Vai ver que o nome **Diário confundi**u o carteiro. Mas isso não é nada, no mesmo dia à noite, ele encontrou na **Tribuna da Imprensa**, uma carta dirigida ao **Monitor Mercantil**. Também o endereço do **Monitor** estava certinho.

A **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos** resolveu centralizar seus serviços, vá vê que ela está pensando que os jornais têm um serviço próprio de distribuição de correspondência e a obrigação de mandar para os destinatários as cartas que recebem e não são suas.

Flash, o alquimista

O semanário **Flash**, de Belém, dirigido pelo combativo jornalista Ivan Maranhão, precisa ser lido pelos que estudam o processo de formação de expressões idiomáticas. Na edição desta semana, por exemplo, os delinquentes infantis são chamados de **minilunfas**, e uma bacanal é descrita como **troca de amabilidades indecorosas**. O **Flash** é uma permanente alquimia verbal.

O palácio para JK

Dia 21 de abril comemorou mais um aniversário de Brasília: o décimo segundo. E ninguém falou em seu criador: Juscelino Kubitscheck. Ou quase ninguém. O deputado Jerônimo Santana apresentou projeto dando ao edifício do Congresso Nacional o nome de **Palácio Juscelino Kubitscheck**. E pede que no dia 21 de abril de 1973, em sessão solene, seja inaugurada a placa **Palácio Juscelino Kubitscheck**. Caramba, até que enfim. Já era tempo de se reparar uma injustiça. Afinal de contas, foi JK, queiram ou não, o grande criador de Brasília. E a história está aí mesmo. Não deixa ninguém mentir.

A real liberdade



Todo mundo conhece o presidente da **Câmara dos Deputados**? Não? Então vamos à apresentação: é o ilustre representante do povo **Pereira Lopes**, arenista de São Paulo. Pois bem. Semana passada, ele aconselhou a **Oposição a mudar de tônica**, "pois suas críticas às realizações revolucionárias são contraproducentes, uma vez que os fatos são demais evidentes para serem ignorados."

Então está. Mas, logo adiante, o presidente da **Câmara se machucou**, quando disse que o país vai caminhar "para um estado de liberdade real" e que o Congresso já tem condições de examinar em profundidade as questões que lhe forem apresentadas.

O que quer dizer: não vivemos num estado de liberdade real e o Congresso sempre examinou superficialmente as questões propostas. Logo...

Volta à monarquia

Apesar da expectativa reinante no seio da família imperial brasileira, o presidente Medici não pensa em convocar um plebiscito para a restauração da monarquia como sistema de governo no Brasil. A chamada fórmula espanhola, que vem sendo defendida com entusiasmo por alguns saudosistas, assanhados com os últimos afagos da república às figuras impe-

riais de uns tempos para cá, não será utilizada.

Os monarquistas começaram a se entusiasmar com o traslado dos restos mortais da Princesa Isabel e do Conde d'Eu para Petrópolis e chegaram ao êxtase, agora, com a vinda de Portugal, com toda pompa majestática, dos restos de Pedro I. Estão dispostos, inclusive, a agradecer alguns ministros com títulos nobiliárquicos e até o governador Chagas Freitas pode receber um baronato.

A pronúncia do Ibrahim

A visita do presidente Américo Thomaz, de Portugal, ensinou uma série de baboseiras na televisão, sem contar o pessoal do rádio e alguns coleguinhos da imprensa. Como sempre Ibrahim Sued primou no "febeapá". Na quinta-feira que antecedeu à chegada do chefe do estado português, Ibrahim, com aquela empáfia que lhe é peculiar, aparecia diante das telas da televisão para anunciar mais uma "bomba", "bomba" (que circula normalmente nas redações dos jornais à tarde) e com aquele seu sotaque inglês de Oxford, jogou na nossa cara o programa privado do visitante, citando, repetidas vezes seu nome em inglês "Thomas".

Que, que é isso oh Ibrahim respeite pelo menos a nacionalidade do homem. Ele é Tomaz mesmo, um nome tipicamente lusitano. Afinal, o Américo não é parente do Jeff.

A inteligência da AERP

Mais um inteligente quadro na televisão: "Ele é um funcionário público, Ela também. Trabalhando juntos para um mesmo fim. Ele é um funcionário público. Tenha confiança." Existe alguém que não confia neles?

Uma casa portuguesa

Ora, pois, pois. Ninguém mais poderá negar a existência política e legal da comunidade luso-brasileira. Com a chegada do presidente Américo Thomás passou a vigir (o verbo é maroto, sobretudo com a pronúncia portuguesa, bigi r) o acordo que garante aos brasileiros que moram em Portugal e aos portugueses radicados no Brasil os mesmos direitos, incluindo o direito de voto e do acesso a cargos públicos.

Quanto ao acesso a cargos públicos, pode ser que cordo venha a ter conseqüências. Já no que se refere ao direito do voto, Portugal poucas oportunidades pode oferecer aos brasileiros, e o Brasil . . . bem, os portugueses vão mesmo se sentir em casa.

Editorial-2

"Aqueles que querem salvar o mundo, que o salvem; desde que consigam vê-lo bem e como um todo". (Ernest Hemingway.)

Conselhos empresariais

É uma consumada tolice imaginar que as empresas estrangeiras, sobretudo americanas, estão olhando com desconfiança o processo de formação de empresas multinacionais e de conglomerados brasileiros. Gente interessada em lançar poeira nos nossos olhos está espalhando essa impressão. Que é totalmente falsa.

Os grandes grupos estrangeiros só temem, de fato, a expansão do poder econômico estatal. Empresários americanos chegaram mesmo, por recomendação e com orientação da Embaixada americana, a unirem-se a empresários brasileiros numa instituição (o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos) destinada a assessorar os governos dos dois países.

É óbvio que os conselhos só funcionam numa direção, a nossa. E que conselhos está dando, desde algum tempo, o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos? Conselhos no sentido de ser fortalecida a empresa privada brasileira, cuja situação é considerada extremamente grave. Por que estes conselhos? Seria uma internacional do liberalismo? Nada disso. O que ocorre é que, no Brasil de hoje, somente as empresas do governo e as empresas estrangeiras prosperam. Não vai demorar o tempo em que governo (Estado) e capital estrangeiro entrarão em choque, como já ocorre, neste momento, com a distribuição de derivados de petróleo. E é lógico que o capital estrangeiro não pretende esperar que isso ocorra rapidamente. Daí a campanha (bandeira muito

simpática) em benefício do fortalecimento da empresa privada nacional.

É bom não perder o rumo das coisas. Fortalecer a empresa nacional é bom. Fazer dela um para-choque dos interesses estrangeiros, já é outra coisa.

O arraial do Danton



Sinal dos tempos:

"O senador Danton Jobim, referindo-se às próximas convenções do MDB e da Arena, afirmou que a hora não é de pregar o abandono da luta desigual que temos de enfrentar, mas de cerrar fileiras, de combater iniciativas como a da eleição indireta, denunciando suas conseqüências funestas para a redemocratização anunciada e prometida.

— Mentiríamos se dissessemos que reina atmosfera de entusiasmo ou de euforia nos dois acampamentos em que se dividiu, por pressão do alto, o mundo político. A emenda constitucional estourou, os dois arraris, como sinal de que os tempos ainda são difíceis para atividade política, apenas tolerada".

Ninguém

sabe de nada

O diabo é que, em matéria de grandes decisões econômicas, ninguém sabe direito para onde caminha o brasileiro. O que ocorre, neste momento, no siste-

ma bancário, somente uma meia dúzia de privilegiados tem conhecimento completo. A política de fusões, estimulada pelo governo, ainda não diz tudo, embora esteja claro que a orientação é no sentido de concentrar o poder econômico (nas mãos de quem?). A concentração, embora diga muito, ainda não diz tudo. Que modelo de concentração estamos construindo? Do banco tipo alemão (faz tudo), o zaibatsu japonês ou o holding americano? "Alguns pronunciamentos, diz a "Conjuntura Econômica", deixaram entrever que a forma final do sistema será o holding". Pronunciamentos de quem? De políticos? de padres? de militares? — nada disso, pronunciamentos de alguns assessores do ministro da Fazenda. Mas que tipo de holding? Exclusivo dos bancos comerciais? O holding será apenas financeiro ou se permitirá o controle, pelos bancos, de empresas industriais e comerciais ao estilo do zaibatsu?

Respondidas estas perguntas, resta a maior delas? Quem está, de fato, tomando essas decisões no Brasil? Em nome de quem? Os militares é que não são. Os políticos é que não são. E a opinião pública, no particular, não chega a ser opinião e é cada vez mais privada.

Uma justiça cega demais

A Segunda Vara de Família está naquela de deixar como está para ver como é que fica. Existe uma ação executiva contra um cidadão, que é conhecido como o dono de Araruama. O detalhe: sua ex-mulher pede o pagamento da pensão alimentícia, em atraso, e o ilustre-senhor-doutor-juiz já a atendeu, através de uma ordem de buscas e apreensões. E como é que pode? O executado continua passeando

sua impunidade em Nitroí, sem que os oficiais-de-justiça consigam localizá-lo, para a intimação. Não é gozação? Enquanto isso, a senhora, doente, e sua família passam as maiores privações. Está certo?

O escândalo de Norminha

Jô Soares, o cursilista, programou uma série de apresentações em todas as capitais do Norte e Nordeste. Uma montagem de diferentes quadros de antigos shows, em que o comediante revela todas as suas inegáveis qualidades histriônicas. Chegando em Belém para iniciar a tournée, deu-se o caso. A chamada alta sociedade paraense reagiu violentamente à parte final do show em que Jô, transformando a imensa platéia do Teatro da Paz em duas vozes, mandava o lado direito gritar BUN e o lado esquerdo DA. No dia seguinte estava aberta uma polêmica, nos jornais de Belém. O eco dessa polêmica chegou até Recife e Fortaleza, assustando o empresário que patrocinaria as apresentações de Jô Soares nas capitais do Nordeste. Para evitar maiores aborrecimentos, o empresário enviou a Jô Soares o seguinte telegrama:

"Apresentações canceladas pt Vá desbundar outras praças pqop isto é pt".

O colete indireto

Em todas as capitais do Nordeste repetem-se as publicações de telegramas do presidente Medici agradecendo o apoio dos governadores à medida revolucionária que adia as eleições diretas, nos Estados, para 1978. Pela resposta do Presidente, pode-se bem avaliar o conteúdo dos aplausos que lhe foram dirigidos pelos atuais (e in-

diretos) governadores. Afinal, a medida beneficiou, em primeiro lugar, esses mesmos governadores, que, a partir de agora, podem governar tranqüilamente já com os nomes de seus sucessores no bolso do colete. Para os fiscais de linguagem, que poderiam alegar que ninguém usa mais colete, temos uma explicação: esses governadores indiretos que estão aí são politicamente tão antigos que, forçosamente, ainda usam coletes eleitorais. Tanto é assim que, de vez em quando, o governo federal os puxa pela gola do colete.

A ONU vista por Caetano



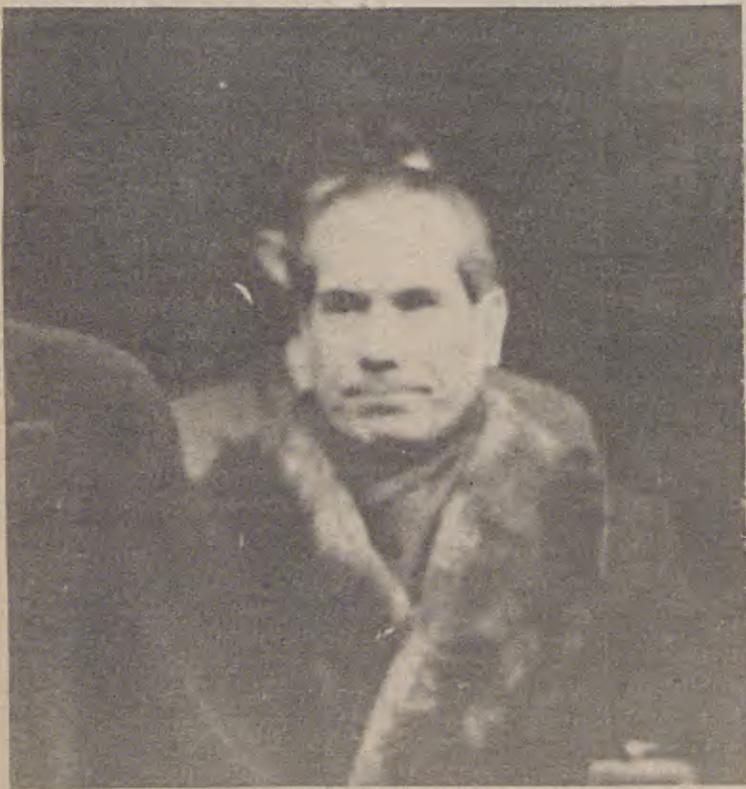
No embarque dos restos mortais de Dom Pedro I para o Brasil, Marcelo Caetano faz uma projeção histórica impressionante:

"Se em 1822 existisse a ONU, o que teria sido do Brasil? Com as Nações Unidas a contarem o número de índios, de pretos e brancos existentes, a discriminarem cores e raças, a reivindicarem a América para os ameríndios, a condensarem o governo das minorias, a exigirem um voto para cada pessoa... Se em 1822 a ONU se metesse no assunto com seus preconceitos de colonização e autodeterminação, apoiaria o primeiro movimento fantasista de autonomia tupi e exigiria a saída dos portugueses." Sorte não existirem naqueles tempos tais preconceitos!

Somente ocupado efetivamente a Amazônia, poderá o Brasil ingressar no Clube dos Grandes pois ali se encontra a maior reserva mineral inesplorada.

Genival Rabelo

COBIÇA



**ANTENOR
PATIÑO,
O PATINHO
FEIO, É
MAIS UM
ESPOLIADOR**

Já é ponto pacífico que, com a ocupação efetiva da Amazônia, o Brasil entrará no Clube dos Grandes. A sugestão é da revista "L'Express", de Paris, em reportagem sobre a Transamazônica, cuja construção repercutiu no estrangeiro como uma reversão da tendência secular do tropismo brasileiro pela bacia do Prata. De fato, o impacto que a Amazônia oferece a quem a percorre não é fácil de imaginar. O intrincado de suas florestas, que cobrem uma área de aproximadamente 4 milhões de km², justifica a designação de "inferno verde", ou coisa parecida, para os que nela se embrenham, na colheita do látex, na busca de pedras preciosas, no garimpo de minério, em pesquisas científicas, ou nos levantamentos topográficos de mapeamento. A expressão Rio-Mar não é própria apenas para o Amazonas. De Manaus, subindo o rio Negro, não é menor a imensidão das águas. E, em Porto Velho, em Rondônia, repetem-lhe, seguidamente, a informação de que o Madeira é o 7o. maior rio do mundo, em volume d'água. Dada à imensidão amazônica, não é exagero dizer-se que nos centros de estudo de maior projeção internacional a região é objeto de indagações, procurando e ocupando mais os pesquisadores do que o próprio Brasil. É que nossa experiência industrial, conquanto tenha tido um crescimento apreciável nos últimos 30 anos,

está longe de poder comparar-se ao que se verificou, em igual período, na área do Mercado Comum Europeu ou do Japão, para não falar dos Estados Unidos ou da União Soviética, que não admitem paralelo. Enquanto isso, a Amazônia representa uma das poucas grandes reservas do mundo a serem exploradas. E talvez a que oculte maior soma de riquezas e, dentro das atuais condições geopolíticas e do quadro do desenvolvimento tecnológico da hora presente, a possibilidade de uma exploração mais rentável. Contudo, em termos de Brasil, há que distinguir sua potencialidade, suas riquezas inumeráveis, que começam a ser conhecidas e mensuradas por nós, da precariedade de seu presente econômico. Tenho, em mãos, um estudo feito pela Celetramazon — empresa que se ocupa da produção e distribuição de eletricidade no interior do Estado do Amazonas — para aproveitamento do potencial energético do rio Uatumã. Na justificativa do projeto, faz-se um levantamento da situação econômica daquele Estado — por extensão, da Amazônia, de que ele é a maior unidade territorial —, que se pode resumir nos seguintes itens:

- 1 — A participação da economia do Amazonas (e da Região) na do País é diminuta.
- 2 — Na economia do Estado, predomina o setor dos serviços, verificando-se que ao subsetor das atividades comerciais deveu-se o diminuto incremento das atividades econômicas observado a partir de 1968.
- 3 — Houve redução relativa na participação da agropecuária e extrativismo, permanecendo a indústria estagnada. Conseqüentemente, a participação dos setores básicos é desprezível no processo de crescimento da economia local.
- 4 — As crises ocorridas no extrativismo e a dependência da economia à cultura da juta, produto de mercado instável, praticamente anularam as possibilidades de expansão e valorização do trabalho nesse setor.
- 5 — Fatores diversos têm contribuído para o retrocesso na ocupação da Amazônia, verificado no último censo. A ocupação do território sempre se realiza às margens dos rios, no Estado do Amazonas, com utilização das várzeas para a implantação da agropecuária, ficando esta sujeita a enchentes destruidoras do trabalho e das esperanças dos ribeirinhos.



**Patiño,
o patinho
feito**

Somente por meio da política de monopólio estatal, poderá o Brasil manter as riquezas minerais da Amazônia longe da cobiça dos trustes mundiais.

POLITIKA

15

precaução

Os incentivos fiscais para a Amazônia não passarão de paliativo, salvo se adote uma nova e agressiva política de mineração.

Diante desse quadro, concluem os autores do projeto citado que tudo ou quase tudo o que até agora se fez pela Amazônia não foi capaz de mudar essa situação básica, "ressalvando-se — têm eles o cuidado de assinalar — o que será a primeira experiência válida em termos definitivos — a Transamazônica".

Daí se conclui que, para ocupar efetivamente a Amazônia, o sistema de incentivos fiscais e o expediente de zonas francas, com que se pretende atrair o interesse do empresariado da chamada livre iniciativa, não passam de paliativos. Também se conclui que tanto ou mais importante do que construir estradas e tentar povoar, através da colonização a imensa planície, é dotar sua infra-estrutura de abundância de energia elétrica. Dentro dessa orientação, servida pelo comando de uma ideologia estatal no planejamento seletivo das riquezas minerais e madeiras a serem exploradas, ninguém se iluda: a Amazônia poderá em prazo razoavelmente curto, talvez não superior a duas décadas, quadruplicar ou quintuplicar o volume e valor das exportações brasileiras.

Para isso é fundamental que se adote uma nova política de mineração.

O modelo da Petrobrás

Em que consistirá, basicamente, essa nova política de mineração? Em se transferir para a exploração das nossas riquezas não renováveis, sabidamente abundantes na Amazônia, a política do monopólio estatal adotada, com excelentes resultados, para o setor do petróleo. Com abundância de energia elétrica, uma empresa mista, tipo Petrobrás, se ocuparia da exploração da bauxita e produção do alumínio, outra exploraria cassiterita e produziria estanho, uma terceira se concentraria na exploração do ferro e produção do aço, e assim por diante, dando ao Brasil condições reais de, a prazo médio, entrar no Clube dos Grandes.

Não é crível que o exemplo da Petrobrás não seja cogitado.

Acabo, por exemplo, de visitar Rondônia, ou melhor, a província estanífera que ocupa grande parte do seu território e ainda se estende aos Estados de Mato Grosso, Goiás e Amazonas, perfazendo uma área estimada em 612 mil km². Que verifiquei ali? Simplesmente que, com a proibição do garimpo, a título de evitar a exploração predatória, está acontecendo isto: aquela imensa riqueza não renovável está caindo inteiramente nas mãos do capital estrangeiro.

Agora mesmo acaba de visitar o nosso país o sr. Antenor Patiño, que se propõe colaborar para o nosso progresso, mas

começa falando no aproveitamento de incentivos fiscais, numa clara demonstração de que pretende, ou pelo menos tentará, no setor da cassiterita, repetir o escândalo recentemente denunciado com a aprovação do projeto Rio Norte S. A., subsidiária da Alcan, que tem sede no Canadá, mas cujo capital é americano, para exploração da bauxita do rio Trombetas, no Pará, recebendo uma ajuda de incentivos fiscais cinco vezes maior do que o seu capital.

Que mal há na exploração de nossas riquezas minerais pelo capital estrangeiro?

O mesmo que existiria se a exploração, produção e refino do nosso petróleo fossem confiados a empresas multinacionais. Isto é: abriríamos mão do comando político e dos lucros de uma riqueza básica para o desenvolvimento e emancipação nacionais.

É verdade que, no caso da cassiterita, nossa legislação impõe o limite de 50 mil hectares a cada empresa concessionária. Mas não impede que um mesmo grupo econômico organize várias empresas para exploração, produção e beneficiamento do minério. Assim, para 68 empresas registradas no DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral —, existem em verdade, 14 grupos econômicos, dos quais apenas 4 já começaram a operar dentro das exigências da produção mecanizada.

O exemplo de Santa Bárbara

Eu visitei a mina dos Galdeano, em Santa Bárbara. Dista 130km de Porto Velho. Ali foi instalada, no ano passado, uma draga Yuba, em cuja aquisição (440 mil dólares), transporte e montagem, no local, terão sido invertidos, no máximo, 600 mil dólares. Manda a verdade que se diga que não é tarefa fácil transportar e montar uma Yuba em plena floresta amazônica. Mas, em pouco tempo, o capital investido se paga inteiramente e durante sete ou oito anos restantes da vida da mina, os lucros são apreciáveis, sem maiores benefícios para o País, em face da transferência dos mesmos para o estrangeiro. Sem contar que a Yuba, ora em Santa Bárbara, se deslocará, posteriormente, para outra área de exploração do mesmo grupo econômico, com a única despesa de desmontagem, transporte e montagem, podendo repetir-se a operação altamente lucrativa ao longo da duração da máquina, estimada em coisa de cem anos.

Para que se tenha uma idéia aproximada da lucratividade de uma operação idên-

tica, basta dizer que o quilo da cassiterita custa dois dólares e o quilo do estanho, três dólares e meio. A Yuba tem uma capacidade teórica de produzir por mês cerca de 150 toneladas de cassiterita, ou seja, trezentos mil dólares, que, multiplicados por 12, representam três milhões e seiscentos mil dólares anuais. Mão de obra

empregada? Na própria Yuba, 30 homens. No acampamento, para desflorestamento e outras operações, no máximo 100, incluindo os 30 da Yuba.

É de indagar: por que se está entregando de mão beijada toda essa riqueza ao capital estrangeiro? Por que se insiste na idéia de que o nosso desenvolvimento econômico só pode realizar-se por via da estruturação a qualquer preço de um capitalismo de fora para dentro?

Se duas tentativas de limitar a remessa de lucros, mesmo seguindo o exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra (8 e 7 por cento, respectivamente), foram torpedeadas pelo capital estrangeiro, por que não adotar o modelo da Petrobrás na exploração das nossas riquezas não renováveis?

A ESTAMBRÁS é a solução

Coincidindo com a visita do industrial boliviano Patiño, articula-se, no Congresso, uma campanha em favor da ESTAMBRÁS, empresa mista do tipo da Petrobrás, cuja aprovação dará, seguramente, novo rumo à política de mineração no Brasil. O projeto de lei, que contou com a colaboração do professor universitário mineiro Osório da Rocha Diniz, será apresentado pelo deputado Jerônimo Santana (MDB—Rondônia), com apoio de seus companheiros de bancada. Santana começa assinalando que o estanho é um metal de grande importância, de vez que é indispensável à siderurgia e aos armamentos, bem como porque, estando sua maior produção concentrada no Oriente, obedece ao controle de umas poucas nações, entre as quais a Inglaterra, a Holanda, a Bélgica e os Estados Unidos, que controlam as jazidas conhecidas na Maláia, Indonésia, Bolívia, Tailândia e Nigéria.

Escreve o deputado por Rondônia:

"É diante dessa realidade — domínio do estanho nos mercados mundiais por governos poderosos e trustes pelos mesmos protegidos — que o Brasil terá que examinar o problema da extração de sua cassiterita. A chamada livre iniciativa, sob cuja capa se escondem os conglomerados internacionais para burlar as leis nacionais de lavra, beneficiamento, industrialização e comércio do estanho em bruto, não

existe. Sabendo das dificuldades inerentes ao assunto, já os homens de produção, reunidos na Conferência de Araxá, em 1949, recomendavam: "Sempre que a livre iniciativa ou a livre empresa ou a empresa privada nacional for tímida, omissa, incapaz ou desinteressada, justifica-se a intervenção do Estado para desenvolver a economia do Brasil e fortalecer a segurança nacional". Para que não aconteça ao estanho no Brasil o que vem acontecendo no Oriente e passe o produto a ser controlado pelos trustes internacionais, a solução é a criação de uma empresa mista estatal, a exemplo do que se fez no setor do petróleo e de energia, com a PETROBRÁS e a ELETROBRÁS".

O projeto de lei estabelece um capital inicial de dois bilhões de cruzeiros, divididos em dois bilhões de ações ordinárias, nominativas, de valor de um cruzeiro cada uma. Determina que a União transfira, sem onus, aos Estados e Municípios, em cujos territórios existam ou venham a ser descobertas jazidas de cassiterita, respectivamente 8% e 2% das ações relativas a essas jazidas e cujo patrimônio se incorpore ao capital da ESTAMBRÁS. Permite que a empresa emita, até o limite do dobro do seu capital social, obrigações ao portador. De qualquer forma, nenhuma medida poderá, em hipótese alguma, importar em reduzir a menos de 51%, não só as ações com direito a voto de propriedade da União, como a participação desta na formação do capital social por intermédio das empresas mistas acionistas.

No capítulo dos acionistas, determina o projeto que, garantida a preferência às pessoas jurídicas de direito público interno, poderão ser acionistas pessoas jurídicas de direito privado organizadas e sediadas no Brasil, bem como pessoas físicas, desde que de nacionalidade brasileira.

Como se vê, aprovado o projeto dentro das precauções tomadas pelo autor, a ESTAMBRÁS, como a PETROBRÁS, será uma empresa nacional. Não estará sujeita ao comando externo. Estará contribuindo, diretamente, para o desenvolvimento nacional e efetiva ocupação da Amazônia.

Além do mais, abrirá caminho para o surgimento de novos projetos, como o da ALUMINIOBRÁS, o da AÇOBRÁS, etc. Porque, como o petróleo, também a cassiterita, o minério de ferro, o mangânês, o sal-gema, a bauxita são nossos.

Durante a fase mais severa da ditadura, foi um dos poucos brasileiros que protestaram, escrevendo artigos contra a prisão de Graciliano Ramos.

Medeiros Lima

Brasil, país sem memória (II)

Nesta segunda e última parte do depoimento de Augusto Frederico Schmidt, que agora publicamos, o poeta define sua posição diante do Movimento Modernista, ao qual emprestou inicialmente sua solidariedade para logo depois dele se afastar em busca de seu próprio caminho. Apesar de considerar importante a rebelião dos jovens artistas, que em 1922 realizaram a *Semana de Arte Moderna*, entre aplausos e apupos no Teatro Municipal de São Paulo, o autor de *A Estrela Solitária*, não se mostra contudo

entusiasmado com os seus resultados. Às novas tendências e conceitos impostos pelos modernistas de então prefere a sua liberdade de criação, mergulhando, por vezes, nos clássicos em busca de um reencontro com o passado. É esse mesmo Schmidt insubmisso e contraditório que se revela mais uma vez em face da política. Dizendo oscilar entre o espírito de justiça e a ordem, opõe-se às transformações violentas na vida brasileira e ao que chama de "irrealismo" de seus líderes. O poeta,



Frederico Schmidt

o lírico, o ser derramado e fraterno na intimidade da vida com os amigos, transforma-se num homem agressivo, dominado pela paixão de algumas poucas idéias

que lhe pareciam essenciais em face do longo e doloroso processo de atualização e modernização do Brasil.

É um resumo dessas idéias, que lhe valeram em

vida aplausos e aversões violentas, que o poeta nos transmite quando levado a defrontar-se com o tema da problemática política e social de seu País.

DEFENDENDO IDÉIAS QUE, PARA ELE, ERAM ESSENCIAIS SCHMIDT ANGARIOU APLAUSOS E AVERSÕES VIOLENTAS

ML: Sua estréia literária ocorreu, se estou bem lembrado, em 1928, com a publicação de o Canto do Brasileiro. Este seu poema representava uma reação aos exageros do modernismo, às suas tendências iconoclastas, destruidoras das influências anteriores do parnasianismo e do simbolismo e de todos os convencionalismos acadêmicos. Mas — pergunto — havia nessa sua atitude apenas uma reação puramente estética, literária, ou ela já representava uma oposição de seu espírito àquelas influências mais extremadas do modernismo que iria depois conduzir em política, muitos de seus representantes a um engajamento nas esquerdas, como uma espécie de desencanto em face da redescoberta das condições de vida, de abandono, de miséria do homem brasileiro? Neste caso sua reação já implicava numa tomada de posição sob aquelas influências de seus companheiros, na época à extrema direita?

AFS: Quero responder que nunca fui um homem de extrema direita. Posso dizer mesmo que fui tão de extrema direita como fui tão homem de extrema esquerda. Posso ter sido um homem de direita durante as fases de opressão da esquerda. Não quero apresentar folha corrida mas lembrar apenas que entre os poucos brasileiros que protestaram, que escreveram artigos durante a ditadura mais severa, contra a prisão de Graciliano Ramos, estava eu incluído. Isto nunca seria uma atitude de extrema direita, me parece.

Agora, quando o estalinismo, que dominou durante um certo período os homens de minha geração, queria dar um caráter de propaganda política à manifestação literária, coloquei-me decididamente contra essa servidão opressiva.

Para responder de maneira mais pertinente ao que desejou dizer o meu velho Canto do Brasileiro quero apenas esclarecer que se houve

qualquer espécie de reação foi a do homem, a do espírito humano, um pouco que se sente sufocado pela mania do tema brasileiro, pela chatice da redescoberta do Brasil. Fiz tudo isso sem imaginar nenhuma repercussão, sem calcular nenhum efeito.

O modernismo nasceu para mim na conferência de Graça Aranha, na Academia Brasileira de Letras. Eu não sabia bem o que era. Não tinha escrito nada ainda. Mas era um aspirante das letras, um leitor, um homem que se preparava inconscientemente para escrever. As palavras de Graça Aranha me deram uma euforia, espevitaram em mim qualquer coisa que eu não sabia o que era. Ele aconselhava a voltar as costas ao passado, a olhar de frente o futuro, a criar qualquer coisa de novo, e isso e mais a agitação que ele trouxe a um meio literário conformista, destituído de todo o

vigor. A sua reação contra o conformismo, contra os falsos clássicos, tudo que se desprendia de sua pregação renovadora teve um efeito extraordinário em mim, constituiu um grande acontecimento. Creio que data daí o meu dinamismo literário e a minha alergia antiacadêmica.

O modernismo para mim foi libertação, foi o direito de ser o que desejasse, até mesmo um espírito sujeito aos clássicos, às regras, à boa conduta. O modernismo transformado em escola, em preconceito, o próprio preconceito de ser livre, só poderia provocar em mim o que de fato provocou: a reação. Daí ter eu escrito no Canto do Brasileiro:

Não quero mais o Brasil
Não quero mais Geografia
Nem o pitoresco.



**Brasil,
país sem
memória**

Schmidt não se entusiasmou com o modernismo. Achava que o movimento não produziu os frutos a que se propôs, pelo menos no campo da literatura

POLITIKA

17

memórias

O motivo da separação de Mário de Andrade foi só porque ele quis inventar uma língua

Fui um grande admirador a princípio de Mário de Andrade. Mas quando ele começou a criar um sistema, a querer inventar uma língua, a usar certas palavras, passei a achar graça, a não levar a sério o seu esforço. Lembro-me que uma vez, a convite de Felipe de Oliveira, fomos almoçar com Mário de Andrade, recém-chegado de São Paulo. Era então o Papa do Modernismo. Havia nesse almoço, que se verificou em Niterói, Eugenia e Álvaro Moreira, Jayme Ovale e eu, como convidados de Felipe. Jayme me disse ao ouvido no automóvel: "Se ele (Mário) disser a palavra "gostosura" nós dois nos atiramos deste automóvel". Felizmente a palavra gostosura, só foi pronunciada quando nos encontrávamos à mesa, a propósito de um arroz à valenciana.

Levei muitos anos brigado com Mário de Andrade. Isso não impediu que ele, sem manter relações comigo, tivesse mantido com a maior nobreza um imerecido julgamento sobre as coisas que eu escrevia. Era um homem de grande altura moral, um sábio, a quem muito devi também no começo de minha vida. Pouco antes de sua morte encontrei-o tendo ele convidado a Manuel Bandeira e a mim para almoçar. Guardo muito respeito à sua lembrança.

Mas o Modernismo só podia representar para mim a possibilidade de seguir o meu próprio caminho e não o caminho dos outros.

ML: O Modernismo parece-me uma etapa das mais importantes na evolução da cultura brasileira. Representando, no seu tempo, uma ruptura com o passado, abriu, como o senhor mesmo reconhece, perspectiva novas à inteligência nacional, permitindo-lhe uma maior atualização com o espírito e as idéias universais. Não tendo, no entanto, participado diretamente do movimento, não sendo um modernista das cavernas, na expressão de Mário de Andrade, creio que por isso mesmo o senhor pode vê-lo como maior liberdade e independência de julgamento. Abstraindo, pois, as influências e as reações sofridas, às quais antes se referiu, não me parece fora de propósito indagar como o situa, tendo em vista as condições

atuais do pensamento artístico brasileiro. Se posso me exprimir com maior exatidão, o que lhe proponho, se isto for possível dentro dos limites de nossa conversa, é o seu juízo crítico do modernismo, não apenas de seus princípios estéticos mas igualmente do que ele representou como precursor inconsciente da aceitação de muitas idéias que agitariam mais tarde o Brasil.

AFS: Eu não me sinto muito entusiasmado hoje com os resultados do modernismo. Não creio que ele tenha produzido, pelo menos no tocante à literatura, frutos muito numerosos. Mas posso e devo reconhecer que foi um movimento libertatório, quer dizer, permitiu ao chamado modernismo até mesmo uma volta ao passado, no que o passado tem de autêntico e de eterno. Com isto quero dizer que o modernismo abriu o caminho até mesmo para uma integração no espírito clássico. Existia no Brasil, dominando o Brasil, uma certa contrafação literária, uma desatualização. A nossa literatura, salvo alguns pontos altos, marcava-se por um gosto provinciano das coisas, das citações. O advento do modernismo foi uma lufada de vento sobre muita literatice.

A conferência de Graça Aranha na Academia ofereceu também uma oportunidade salutar para a integração do Brasil na vida do espírito do mundo.

Por tudo isso considero o Modernismo um acontecimento muito importante, uma antecipação da agitação política que teve sua eclosão em outubro de 30. Rasgou-se um Brasil que vivia artificialmente, um Brasil bacharelesco, de tertúlias literárias, de beatitudes e surgiu um país desorganizado, angustiado, mas vivendo bem ou mal os seus problemas.

Os homens de minha geração, os que já atingiram os cinquenta anos, viram realmente muitas coisas. Vivemos um aceleração da história, o maior aceleração da história por que já passou o Brasil em todos os planos. Tudo avançou. Esta cidade, em que estamos os dois, eu a

conheci com pitangueiras e cajueiros nas praias, com bondes de cereoulas, tranqüila, com transportes

fáceis, pensões familiares onde se comia de maneira esplêndida por dois cruzeiros, com homens líricos e patriotas nas posições. E hoje aí está este espetáculo todo. Este Brasil desorganizado, mas crescido, em que há um tão grande motivo de apreensão, pairando sobre todas as cabeças e também uma tão grande esperança. Só não cresceu com o país uma mentalidade; só não cresceu com este país uma alma nacional. Fala-se muito agora em nacionalismo. Dêvia-se falar em alma nacional.

Alguma coisa está faltando ao Brasil. Há uma pobreza, uma deficiência, algo que impede o Brasil de funcionar, de viver direito. É a falta de alma nacional. Tudo de deriva, todas as crises têm sua origem, todos os males que estamos passando têm uma única causa, que é o declínio do sentimento patriótico em nosso país. Não vejo mais em nenhum movimento substância patriótica. Em lugar de patriotismo temos o nacionalismo que é uma paixão ideológica disfarçada, mascarada, em muitos aspectos antipatriótica.

Assistimos muitos homens falarem em nome das classes, em nome de interesses regionais e pessoais, mas raramente ouvimos uma voz que fale em defesa da Pátria, quer dizer, da terra, do país. Esta falta de patriotismo alastra-se por toda a parte. Nenhum interesse supremo é situado mais alto do que um interesse grupal, do que um interesse de classe. Estamos em pleno reino do realismo deformante.

Acho difícil a situação brasileira porque se iniciou neste momento a fase de conflito entre o espírito público e o espírito eleitoral e político. Nenhuma consideração de interesse público parece resistir a qualquer consideração eleitoral.

ML: O senhor tocou em alguns temas que não gostaria de vê-los antecipados, pois a eles pretendo



Mário de Andrade

A situação brasileira é difícil

me referir mais adiante. Não desejo fugir a certa ordem cronológica na apreciação dos diversos aspectos da vida brasileira, aos quais naturalmente se liga a própria evolução de seu espírito. Assim, por exemplo, sem querer avançar demais, pelo receio de incorrer em um julgamento pessoal, o que não está absolutamente entre os meus propósitos, permita-me, no entanto, supor, deixando a seu critério concordar ou contestar o que digo, residir na fase de sua formação, a que antes o senhor se referiu, a explicação para sua incompatibilidade com a revolução de 1930. Aceitando a ordem como coisa imutável, realmente lhe seria difícil compreender o surto revolucionário brasileiro. Mas, olhando agora os acontecimentos à distância, não lhe parece que a revolução de 30 representava, sob o manto do liberalismo com que se apresentou, um rompimento consequente com o passado, por força de contingências históricas, já que a sociedade rural e patriarcal entrava em declínio, aproximando-se daquele ciclo final iniciado com a queda da monarquia e o começo da República?

AFS: É possível que o ímpeto, o impulso de um Brasil diferente conduzisse o país para esse ponto de concentração, para esse marco que foi a revolução de 30.





O horror à revolução era uma constante no poeta. Ele queria que o Brasil mudasse, sem recorrer à violência. Dentro da ordem, na evolução natural

**Brasil,
país sem
memória**

A política brasileira sempre agiu em dissonância com a realidade, por esta causa os partidos políticos fracassaram

Os homens pensavam comandar os acontecimentos, quando eram comandados por eles, o que é uma constante da história. Quem assistiu, como eu, na sua primeira mocidade, os debates políticos que preludearam outubro de 1930, receberam uma lição do que é uma revolução, mesmo uma revolução no estilo brasileiro, quer dizer, uma revolução moderada que é mais uma transgressão da fronteira da ordem do que uma revolução em si mesma. Assistimos, nós os moços de então, a pregação de doutrinas que foram imediatamente postas de lado quando vitoriosos os que por elas se batiam.

O horror à revolução, eis uma constante de meu espírito, eis algo de permanente em mim. Eu desejava que o Brasil mudasse, que se operasse uma transformação, que tomássemos posse dos nossos problemas, mas dentro da ordem. Eu desejei, desde cedo, que houvesse uma mudança radical na concepção brasileira diante do fenômeno da evolução. Mas não queria, não aceitava por instinto, que essa evolução se processasse por via revolucionária. Em 1930, com vinte e quatro anos, eu não sabia quase nada. Mas tinha instintivamente o horror à injustiça revolucionária e o desejo de que tudo se processasse por uma progressiva, harmônica tomada de consciência. Desejava que os brasileiros soubessem em que país estavam e que se lhes impunha um dever, que era o de desenvolver o seu país. Mas julgava mais útil que se lograsse alcançar esse objetivo, o objetivo do povo brasileiro, em sua realidade geográfica e em suas possibilidades econômicas, sem expor o país aos perigos das paixões e do irracionalismo revolucionário. É possível que eu não tivesse razão e que a longa distância tenha sido melhor que as coisas tivessem acontecido como aconteceram; mas até agora continuamos a sofrer os efeitos da explosão revolucionária de 1930, do atentado à legalidade de Washington Luiz, quase ao findar o seu período de governo.

Tudo isso que digo não significa que a revolução não tenha precipitado muitas etapas do nosso desenvolvimento. A verdade é que não tínhamos ainda uma elite para diri-

gir o Brasil em 1930 como não temos uma elite para dirigir o Brasil nos dias de hoje. Tínhamos alguns homens, resta-nos alguns poucos hoje, mas muito poucos. Mas a verdade é que não temos quadros políticos para agüentar o Brasil de hoje, pejado de problemas de toda ordem.

ML: É certo que a revolução de 1930 foi feita nos termos vagos de Representação e Justiça. Tentava-se ensaiar na prática os princípios do liberalismo político. Mas isto acontecia quando, por toda a parte, o liberalismo entrava em declínio e sem que se tivesse na devida conta as condições particulares da vida brasileira. Mas a crise econômica mundial que nos Estados Unidos levou Roosevelt ao poder, após o "crack" da bolsa de Nova Iorque, a ascensão de Hitler na Alemanha e um novo ciclo de revoluções na América Latina, tudo isso não indicava a aproximação de algo de grave? O Brasil que conhecera antes algumas manifestações de inquietação, não tinha ainda dessa vez porque constituir uma exceção, a menos que o senhor considere que a evolução brasileira pudesse se processar em termos pacíficos. Mas não lhe parece que a história dos povos não justifica esse ponto de vista?

AFS: O problema do Brasil não tem semelhança com o de outros países. Todo o fracasso dos partidos políticos, a começar do partido comunista até aos partidos democráticos, é o de que política se faz com os instrumentos da realidade.

A política brasileira tem agido em dissonância com a realidade. Quando chamo realidade não me refiro ao espírito prático, ao oportunismo, ao conformismo, que tem marcado as atividades políticas. Até hoje o Brasil não teve um partido político apoiado na realidade nacional; nem um só. A realidade é que o Brasil é um país que tem como sua missão no plano material o enriquecimento, como já disse durante longos anos numa pregação interminável e muito mal compreendida. A missão da política brasileira é a de enriquecer este país, é a de tornar o Brasil dono de seu território, dono do Brasil, não dono em manchetes de jornais, em discursos nacionalistas, mas dono

de fato, pelo confronto das riquezas jacentes. Ora, todos os partidos políticos, e atualmente todo o interesse eleitoral, está voltado contra o desenvolvimento, contra o progresso e contra o enriquecimento brasileiro.

Dentro em breve, se não houver uma reação rápida, o nosso parque industrial estará paralisado, ameaçado de ruína. A política salarial, as reivindicações trabalhistas, incontidas e crescentes, acabarão prejudicando as próprias classes trabalhistas e destruindo o avanço do Brasil. Nada é mais difícil para mim do que falar nesse assunto, mas a verdade é que urge uma reação para por cobro ao trabalhismo eleitoral, tão diferente e tão antagônico às reivindicações trabalhistas. Nossas estradas de ferro, nossa navegação marítima, nossa navegação de cabotagem, todas as nossas atividades em geral, são deficitárias, cada vez mais deficitárias, graças ao aperto crescente do trabalhismo reivindicante.

Na verdade não pode haver conflito entre o desenvolvimento e a política trabalhista. Se conflito houver é que a política trabalhista não está colocada em seus devidos termos. Quer dizer, a falta de um partido realista é que ocasiona todo esse desajuste, toda essa luta social. Um partido realista teria autoridade para dizer aos sindicatos operários: vocês além de direitos têm deveres. Não conheço um só partido com força para indicar deveres; todos são capazes apenas de proclamar direitos.

ML: Se não lhe desagrade, permita que antes de prosseguirmos no exame desses aspectos mais presentes da vida brasileira, voltemos ao passado, àqueles anos em que começou a se criar o quadro em que vivemos, e que suponho explicar muitos aspectos da crise de hoje a que com veemência se refere.

Não sei exatamente se nessa fase o senhor já se voltara para a vida pública de seu país. Mas muito provavelmente foi chamado a optar entre as diferentes correntes que na época disputavam as preferências da opinião pública. Entre 1930 e 1937, quando houve apenas um breve interregno democrático, começaram a ascender as tendências

esquerdizantes, para usarmos um termo mais genérico, e as forças de direita, em determinado momento representadas pelo integralismo. Em face desse debate como o senhor se situou?

AFS: Nem de um lado nem de outro. Em certos momentos julgando o Brasil ameaçado pelo comunismo, pela revolução, inclinava-me para a direita, com que tinha afinidades.

Sempre fui por instinto anti-nazista e anti-fascista. Não conheci a menor vacilação em matéria de política internacional. Nunca. Nem uma só vez hesitei em condenar de público o totalitarismo. É possível que se tenha, felizmente, contraposto às minhas tendências direitistas todos os valores culturais e humanos que me nutriram e me formaram, entre eles o amor à cultura francesa.

O integralismo me foi simpático quando era um movimento e não um partido político. Considero que não há nada no mundo que valha ser trocado pela liberdade; que nada no mundo recompensa a submissão e a humilhação do que há de eterno no homem. Amo a grandeza, embora não a possua. E vivi perto demais da política para saber e conhecer a sua falta de grandeza.

Sua pergunta lembra-me uma das coisas mais honrosas de minha vida, que é a de ter sido atacado pelos dois lados, pela extrema esquerda e pela extrema direita.

ML: Propositadamente evitei referir-me até aqui à pessoa de Getúlio Vargas. Creio que se lhe coube a chefia da revolução de 1930 e a posse imediata do governo, só a partir de 1937, no entanto, ele começou a tomar firmemente em suas mãos as rédeas do poder e a dominar as massas. Assim me parece que o seu julgamento, como a sua projeção na história, será feita sobretudo tendo-se em vista particularmente os anos da ditadura, isto é, quando declina o liberalismo teórico e transitório em nome do qual se faz a revolução e o país entra no que me parece na fase das definições, que coincide com o período mais intenso da preparação da guerra e de toda a agitação mundial que a antecedeu.

**Brasil,
país sem
memória**

Getúlio, ditador, encontrou em Schmidt um adversário. Quando de seu segundo governo, o poeta descobriu suas altas qualidades humanas e grandeza

POLITIKA

19

memórias

Getúlio gostou da franqueza do poeta que o impressionou por sua ternura e pela sinceridade



Getúlio Vargas

AFS: Fui contra Getúlio Vargas revolucionário. Fui contra o Getúlio Vargas que introduziu na política nacional alguns métodos, que me pareciam destituídos de bases éticas. Fui contra o Getúlio Vargas que entregou postos de comando e tantos homens insignificantes. O primeiro movimento que derrubou Getúlio Vargas me encontrou entre os adeptos de sua queda.

Um conhecimento posterior da figura de Getúlio Vargas aproximou-me muito desse homem, em que acabei reconhecendo altas qualidades humanas e cujo drama final o encheu de grandeza diante de mim.

Recebi de Getúlio Vargas uma grande lição. O homem que me parecia um gozador do poder acabou se revelando ao meu espírito como um estóico. Ele errou e acertou, como todos os que ocupam o poder. Surpreendeu-me muitas vezes afirmando-me princípios e aspirações que eu não supunha hábitos em seu espírito. Gostava do desenvolvimento do País. Quatro meses antes de sua morte, numa entrevista em que ouviu de mim o mais sincero depoimento sobre a realidade nacional e sobre os perigos que corria, disse-lhe eu: "Lamento, Presidente, não ser seu amigo o suficiente para lhe dizer ainda muito mais. Já o conheci num tempo e numa situação em que não se fazem amigos. Ninguém pode ser amigo de um homem com que nos encontramos na chefia da Nação."

— Não penso assim, respondeu-me Getúlio. E acrescentou:

— Considero que é meu amigo todo aquele que ama o Brasil e se interessa pelo Brasil, como é seu caso. Gostaria de ouvi-lo com toda a franqueza.

— Vou então ter com o senhor uma entrevista suicida. Uma entrevista que poderá fazer com que o senhor não deseje mais receber-me, disse-lhe.

Não tenho testemunha do que lhe declarei. Lembro-me apenas que

nessa mesma tarde a dois filhos do Presidente repeti a conversa que tive com o pai. Foi uma conversa grave. Hoje sei que ele gostou da minha franqueza. Nada ou quase nada do que era preciso dizer-lhe foi poupado. O efeito, a ternura humana, com que o Presidente me recebeu a 23 de agosto, às seis horas da tarde, na véspera dos trágicos acontecimentos que todos conhecemos, provou bem que ele era reconhecido à sinceridade do homem não político com que lhe falei, do homem verdadeiramente político com que lhe falei.

ML: O senhor não pode repetir os termos dessa conversa?

AFS: Não posso, não tenho testemunhas. Quero dizer sucintamente que chamei a atenção do Presidente para o estilo com que se comportavam diversas pessoas ligadas com o seu governo. E disse-lhe que ele deveria entregar alguns postos e chaves a homens que viessem fortalecer o poder civil e dar maior consistência à legalidade. Sei que fui considerado alarmista e lamuriante. Infelizmente, os fatos me deram razão.

Além do instinto político, que lhe valeu tantas vezes, em ocasiões difíceis, Vargas tinha uma noção dos destinos do Brasil, dos grandes destinos do Brasil. Ele não fora preparado para certas tarefas. Vinha de uma geração em que o bacharelismo predominava. Mas apesar disso advinhava algumas coisas importantes. Uma das últimas palavras que ele me disse foi:

— Transmita esse seu entusiasmo ao Apolônio.

Referia-se ao problema da irrigação pelo qual eu me batia e de que lhe falara naquela hora extrema, como quem fala de um passeio ao campo em dias futuros a quem já sabemos condenado, com uma deferência ao Presidente, cujo poder tocava ao fim de modo tão terrivelmente violento.

A última impressão que guardo do Getúlio Vargas nada tem a ver

com o espírito da carta testamento que ele deixou. Tive ocasião de dizer ao Presidente que ele naquele momento deveria dirigir-se à Nação ao mesmo tempo com firmeza e generosidade. Pedi-lhe licença para dizer como eu me pronunciaria. Lourival Fontes, com quem estive logo após descer da minha entrevista, confirmou-me em conversa que o Presidente lhe pedira que redigisse um manifesto dentro desse espírito, isto é, de firmeza e de generosidade, quer dizer, alguma coisa inteiramente diferente da carta testamento. Compreendo a carta como um ato político para uma luta, mas nada que pudesse lembrar o homem revoltado, que o seu documento famoso deixa pressentir. O Getúlio Vargas que encontrei naquele momento extremo, que foi o último entardecer que ele passou nesta terra dos homens, foi a de um homem superiormente debruçado sobre o seu destino, um homem resignado diante do último episódio de sua vida pública, um homem profundamente humano, cuja delicadeza me surpreendeu. Eu o vira, não muitas vezes, sempre fora recebido por ele com a compostura que sempre revestia todas as suas audiências, todos os seus atos. Mas houve na nossa última entrevista uma intimidade, não transbordante mas contida, de que guardo comovida lembrança. Dos que mais o atacavam guardou-se de qualquer excesso. Quando lhe perguntei se sabia que os ódios estavam desencadeados, que a situação se encaminhava para qualquer coisa de violento, respondeu que estava tranqüilo. Aliás já contei isto num depoimento publicado pelo Correio da Manhã. Mas não creio ter dito, conseguido exprimir, a maneira com que explicou, o tom, a nuance do que chamava de tranqüilidade.

Quando na manhã de 24 de agosto o rádio anunciou seu suicídio, é que eu compreendi certa e nitidamente que tranqüilidade era para ele a aceitação de um destino excepcio-

nal. Nunca me esquecerei da figura de Getúlio Vargas no nosso último encontro, do homem triste, ferido, mas intocável na sua dignidade com que se apresentou aos meus olhos. Quando me despedi dele e da soleira da porta o contemplei o vi acenar-me com a mão, com um gesto de adeus que nunca fizera. Tive a sensação de que não era apenas um homem histórico num momento histórico, de quem me apartava, mas de um amigo, de um ser próximo de mim.

Getúlio Vargas, que me provocou tão contraditórios sentimentos, de quem tanto desejei que o Brasil se libertasse, me inspirava naquele instante uma espécie de sentimento filial incompreensível. Era um rei Lear, já era um rei sem coroa, um rei vencido como Peguy celebrou, um rei de que abusaram, um rei tocado pela desventura.

ML: Mas — permita-me que lhe diga — não se pode separar o homem Getúlio Vargas do governante, do líder popular, do caudilho, se assim quizer, que por diferentes caminhos terminou lançando na consciência das massas brasileiras o sentimento nacionalista. Assim parece-me que o senhor não poderá julgá-lo com suficiente objetividade sem entrar na apreciação de suas idéias, as quais creio haver prejudicado quando no decorrer de nossa conversa condenou com veemência o nacionalismo. Se não lhe desagrade proponho este problema à sua apreciação, sem esquecer a importância que Vargas teve em sua formulação.

AFS: Naturalmente, eu sou nacionalista. O que combato, o que me parece um fenômeno triste da hora que passa é exatamente o roubo da palavra nacionalismo, praticado pelos que desejam a morte da nacionalidade. O que me parece degradante, o que me parece terrível como sintoma do dia de hoje é o banimento do patriotismo do movimento nacionalista.



Os grupos externos poderiam influir na economia

A minha posição de simpatia pela figura humana de Getúlio Vargas não exclui o reconhecimento de que o seu interesse político o levou a conflitar com os interesses da nação, quer dizer, muitas vezes que o interesse eleitoral, que a agremiação de simpatias populares levaram Vargas a excessos, a erros, cujos resultados estamos pagando nesse momento. Um deles é o espreitamento da injustiça nacionalista. Dar a impressão de que os estrangeiros estão de bico aberto eternamente prontos a bicar a jaca brasileira, de que somos alvos de cobiça do mundo inteiro, é um triste sentimento, este sim, colonial. Não permitir, por exemplo, que o sr. Eugenio Gudín ou que o ministro Raul Fernandes sejam acionistas de uma refinaria particular, por se terem casado com ilustres damas não nascidas neste país, é uma discriminação que nos envergonha a todos. Em nenhum país do mundo acontece coisa semelhante. Não posso me convencer que nações adiantadas, como a Itália, a França, a Espanha e Portugal, em fim todos os países de velha civilização ocidental se socorram de capitais e técnicos estrangeiros para resolver prontamente seu problema petrolífero e que nós nos encerremos cada vez mais num círculo de peru, respirando um ar terrível de sociedade secreta.

Aceito até a idéia de que não seja conveniente chamarmos gente de fora para trabalhar conosco no problema do petróleo, em certo momento, em determinada situação. Mas alhear do Brasil a possibilidade de recorrer a auxílios que podem nos interessar em certo momento por que transformamos num véu de deusa, num bicho sagrado, isto é um atentado ao interesse do Brasil e mais do que isto é uma lesão à cultura brasileira.

Acredito, admito, aceito e sei também por uma longa experiência que a nossa independência econômica, que o nosso desenvolvimento pode encontrar resistências em interesses de grupos industriais. Sei que a luta do Brasil pela sua independência econômica deve ter como

Ele era um adepto da livre iniciativa e não via nenhum mal na entrada de capitais estrangeiros no país, mesmo para explorar nosso petróleo



Eugenio Gudín

Não aceita o senhor, por exemplo, a hipótese de que o nacionalismo brasileiro, como de muitos países em condições semelhantes, resulte de uma aspiração legítima de progresso econômico e social? Apenas para facilitar o nosso diálogo, — quero lembrar que durante muitos anos o Brasil sofreu uma influência perniciosa por parte das grandes potências que dominavam os mercados mundiais, as quais tinham interesse em manter grandes áreas internacionais em condições de inferioridade — seu desejo de ajudar o Brasil o

Brasil, país sem memória

Brasil colonial sofria toda sorte de restrições, não pelo capital estrangeiro

base o sentimento de que nós, devemos ajudar a nós próprios. O que não compreendo, senão como uma expressão de atraso, de baixa mentalidade, é que nós recusemos instrumentos que em determinada ocasião nos podem ser úteis.

Não devemos nem podemos esperar que uma "corporation" não deseje que lhe compremos produtos, que nos libertemos de seus fornecimentos. A luta comercial, a luta industrial, é uma realidade. E o Brasil tem que fazer o seu caminho com segurança, prudência e altivez. Mas daí a atarmos os nossos próprios braços, nos mutilarmos, estabelecendo no país um complexo de fruto cobiçado, é qualquer coisa que depõe contra nós próprios.

Vargas praticou diversos erros e nem sempre era bem orientado. Às vezes era mal informado. Mas sempre ficou em posição mais prudente que os seus adversários, que lhe disputavam a clientela política. Todos sabem que o udenismo foi muito além do que Vargas desejava — nas leis que cerceiam a liberdade de se tratar do caso do petróleo como se fosse um país civilizado e independente. Posso também me referir a permanente simpatia com que Vargas acompanhou, apoiou e defendeu a indústria de minerais estratégicos, essa mesma indústria que sofreu em seguida uma terrível perseguição por parte de supostos nacionalistas. Temperava uma certa incompreensão de Vargas sobre os problemas brasileiros em lúcido e sincero amor pelo desenvolvimento nacional. Ele sabia que o Brasil precisava caminhar e dentro de seus poderes fazia tudo para que se fosse para a frente. Tenho a respeito do recoloco a questão à sua apreciação.

apoio que dava às empresas privadas coincidentes com o interesse público a melhor impressão pessoal.

ML: Sem pretender influir em suas idéias, sem a menor intenção de estabelecer polêmica ou mesmo refutar simplesmente seus pontos de vista, quero, no entanto, fazer algumas objeções ao que me acaba de dizer, ao mesmo tempo que adote, nelas vendo apenas fontes de consumo de seus produtos manufaturados e, em troca, abastecedores de matérias-primas. Este sistema de relações refletiu-se desfavoravelmente nas condições internas daquelas áreas, regiões e países que permanecendo em posição de subdesenvolvimento e tecnicamente atrasados, não tinham como melhorar os níveis de vida de suas populações. Assim, não lhe parece que o nacionalismo, antes de ser uma ideologia, é uma política de defesa de nações como o Brasil, em seu esforço interno para alcançar padrões econômicos, técnicos e sociais não apenas de acordo com suas necessidades mas também de conformidade com suas possibilidades e recursos potenciais?

AFS: Evidentemente não estou de acordo com nada disso. Reconheço que o Brasil colonial sofria toda sorte de restrições. Mas que o capital estrangeiro tenha sido nefasto ao Brasil grita contra isso toda evidência. Basta passarmos uma visita de olhos sobre as coisas feitas aqui pelo capital estrangeiro para verificarmos como sua ação foi benéfica. Pergunto se sem capitais estrangeiros teríamos telefones, transportes coletivos, portos e tantas coisas mais indispensáveis ao nosso progresso? Imaginemos o querer ganhar o mais possível.

que teriam sido cidades como São Paulo e Rio sem a benemérita presença de capitais estrangeiros. É claro que o dinheiro, o espírito de lucro, deve ser contido cuidadosamente. Mas tornar perigoso ou não lucrativo o investimento no Brasil, estrangeiro ou mesmo nacional, isto sim, é o maior crime que se possa conceber contra o nosso país. Acabemos falando sozinhos com a charanga nacionalista animando a marcha de volta à colônia. Ninguém mais do que eu sabe que os investidores estrangeiros não são anjos,

Cabe a nós defender-nos, cabe-nos regular as nossas transações. Mas daí a não querer que se desenvolva essa taba porque o guerreiro branco nos pode fazer mal é uma idéia que o meu nacionalismo não aceita. Não acredito que o Brasil seja corrompido porque estrangeiros perfurem o nosso petróleo. Se mal foi feito ao Brasil, se lesaram ao país, a culpa disso não cabe a estrangeiros, mas aos próprios nacionais. É difícil que se tenha feito mais mal ao Brasil do que a incompetência e a falta de patriotismo dos nacionais. A grande crise é de patriotismo, em seguida vem a crise de competência, de ausência de mentalidade.

Sou tão otimista que lhe falo nesse tom. Se eu fosse pessimista estaria falando noutro tom e tratando de me aproveitar em interesse próprio do que por aí vai.

Reclamo para mim o título de nacionalista. Nacionalista é quem deseja o bem de seu país. Nacionalista é quem deseja que todas as forças, seja lá de onde for, venham colaborar em uma obra comum. Nacionalista é quem prega o advento de uma era de cultura e não a implantação e o domínio de complexos coloniais. Se eu admitisse que o fato de empresas de petróleo poderem vir trabalhar aqui no Brasil, pesquisar, refinar, fazer a indústria petroquímica, dentro das nossas leis, que isto significaria o domínio do Brasil por estrangeiros, aí sim estaria fazendo uma lamentável e vergonhosa idéia da nacionalidade. Uma nacionalidade que não admite a idéia do emprego de capitais estrangeiros, porque perigosa a sua existência, não é uma nacionalidade.

Paschoal Carlos Magno



O fabuloso Assis Chateaubriand

Milão, 28 de maio. Assis Chateaubriand, a caminho de Paris, desembarcou esta tarde no aeroporto.

O telegrama que anunciava sua chegada era endereçado ao Vice-Consul Esposito. Ao avistar-me, seu cumprimento foi seco.

— Boa tarde, Consul — indiferente à minha pergunta se havia feito boa viagem.

Como se falasse a um desconhecido. Sabia, porém, a razão desse distanciamento. É que eu participara — como dezenas de outros jornalistas e escritores — de um almoço em homenagem a um colega jornalista, em desagravo à pena que sofrera de Correia e Castro, ministro da Fazenda.

Assis Chateaubriand — grande amigo do ministro — não podia cortar relações com todos os que haviam participado daquele almoço.

Havia porém um grupo que estimava e queria bem. Entre esses figurava eu que, de uma feita, em visita a Londres, logo após a guerra, o levantara a escrever a meu respeito, generosamente, nos seus jornais... “quem não conhece este radioso homem de letras, cuja cultura e cujo talento são um padrão, por onde a Europa afere a inteligência do Brasil”.

Quando voltei a Londres, me ofereceu um jantar na sua mansão na Avenida Atlântica, convidando para o mesmo, entre outros, o almirante Gago Coutinho, Nehemias Gueiros, Teófilo de Andrade.

Acioli Neto me informara que desde aquele almoço de desagravo, havia uma ordem sua de meu nome ser cortado do noticiário de “O Cruzeiro” e dos “Associados”. Conduzi Chateaubriand até o Continental, onde lhe reservara uma suite.

Esposito despediu-se logo à entrada do hotel.

Enquanto subíamos no elevador, perguntei-lhe se queria alguma coisa. Continuava sério, amuado, trançado. Levei-o até seus aposentos.

Chamei o camareiro para abrir-lhe as malas. Esqueceu-se de repente, de que estava zangado:

— Preciso dar uns telefonemas para Nova Iorque, Rio, Paris, Roma, Veneza.

Do bolso do paletó, que entregava ao camareiro retirou um caderninho cheio de nomes, endereços, telefones. Pediu ligação — se não me falha a memória para Valter Moreira Sales, que se encontrava em Paris. Uma conversa demorada, que não assiti, pois fui sentar-me na sala vizinha, a folhear revistas e jornais do Brasil, que ele trouxera. Mal terminou de falar a Valter Moreira Sales, gritou:

— Carlos Magno me ajude aqui...

(Como sempre me chamou de Paschoal, sobrenome pronunciado sem o formalismo de Consul à frente, era sinal que sua zanga diminuía). E ajudei-o a chamar seus amigos: príncipes, mulheres bonitas, industriais residentes em Florença, Veneza, Roma. Cada encontro através do fio telefônico era uma festa e um convite. Esperava-os a todos para almoçar no dia seguinte, que era domingo, às 13 horas, ali mesmo no Continental. Parou um instante.

— A quantos convidei?

Fez as contas mentalmente.

— Vinte e oito.

E, olhando-me de frente:

— Seremos trinta, com você e eu.

Encaminhou-se para a sala do banheiro. Foi tirando a roupa com naturalidade. Antes de meter-se debaixo do chuveiro, chamou pelo camareiro, ordenou que lhe trouxesse a melhor champanha e duas taças.

Era o Chateaubriand de sempre, generoso, com o Brasil e o mundo na cabeça, falando sobre pessoas, episódios, acontecimentos. Parecia — pelo tamanho — um menino grande se divertindo sob o chuveiro aberto.

Um menino de cara feia, barrigudo, mas de voz incisiva e dominadora.

O camareiro pediu licença para entrar na sala de banho com a garrafa e duas taças de cristal sobre a bandeja de prata, que trazia na mão aberta. Chateaubriand, já todo molhado, pediu ao camareiro que enchesse as taças. Ele fechou o chuveiro. Estendeu a mão pequena para uma das taças cheias e m'a entregou. Pegou a outra. Bateu as taças cheias uma de encontro a outra.

Agora ria-se.

— Estamos de pazes feitas.

O camareiro nos olhava surpreso.

Chateaubriand bebeu de um só trago a sua taça. E devolveu-a vazia à bandeja que o camareiro, de mão firme e enludada a segurava.

E entrou novamente para debaixo do chuveiro.

Havia eu contratado das empresas de automóveis, que colocasse um de seus melhores carros à disposição dele. Não me fez perguntas inúteis adivinhando que um Consul em Milão não poderia ser dono de um imponente Isota Frasquini, com motorista de uniforme escuro e quepi agalado de ouro. Convidou-me para jantar, e também Esposito, Othon e senhoras.

Era dos que amava a grandeza geográfica, histórica, econômica e cultural de Milão. Falei-lhe, durante

o jantar, do projeto que não me saía da cabeça, de trazer do Brasil dezoto estudantes de teatro para uma permanência de dois meses na Itália, e depois percorreriam os principais centros da Europa. Não lhe pedi coisa alguma. Foi Assis Chateaubriand que me ofereceu:

— São dezoito? Dezoito mesmo? Poderão viajar em navios argentinos do Doderó. Eu ajudarei...

29 de maio. Não me surpreendeu que a seu chamado e a seu convite chegassem de Roma, Veneza, Florença, Turim, mulheres e homens dos mais ilustres no panorama social da Itália. Ajudei-o a arrumar a mesa, a distribuir os lugares, agora acrescidos com o convite que também fizera a Esposito, Othon e suas mulheres. Eramos agora trinta e quatro. Falava-lhes em italiano — o pior do mundo — mas que soava bonito, perfeito, pela alegria espontânea de sua comunicação. Para as senhoras tirou, de pequena caixa forrada de veludo verde, águas marinhas brasileiras, que distribuiu como se lhes oferecesse flores. Verificou a tempo que não sobravam para as senhoras Guimaraes e Esposito. Depressa, em brasileiro, corrigiu a falta:

— “Vocês são de casa, eu lhes mando as suas do Brasil...”

O almoço levou algumas horas. Rico de iguarias, de vinhos raros por ele próprio escolhidos. Exigiu do Continental que fosse servido com baixelas de prata e cristais em uso somente para Chefes de Estado. Charutos e cigarros oferecidos eram brasileiros. Ainda teve tempo, depois do almoço, de despedir-se efusivamente de cada um de seus convidados, voltar a seu apartamento e pedir ligação telefônica para Nova Iorque, Paris, Londres, distribuindo saudações, ordens. Enquanto camareiro pacientemente arrumava sua bagagem, da recepção me informaram que sua ordem fora cumprida — exigira três cabines uma atrás da outra, somente para ele, no noturno de Paris, em que partiria às sete da noite.

— Vou viajar e dormir sem vizinhos. Dormirei na cabine do meio.

Confirmava o que a respeito dele, no *Corriere della Sera*, Indro Montanelli escrevera recentemente: *O fabuloso Assis Chateaubriand*.

Minutos antes de descer para partir, pede, pelo telefone, que lhe mandem a conta. É prontamente atendido. Suas malas, malas, pacotes já desceram. Já alcançamos o saguão da recepção. Dá uma gorjeta gorda de liras aos camareiros que foram buscar sua bagagem. E tira dos bolsos, enrolados, armafanhados, maços e maços de francos. Uma fortuna. Ele nem sabe o que trouxe, o que está me dando.

— Por favor, troque em liras esses trocados e me pague as contas...

Acrescenta rápido. — Se precisar de mais dinheiro tenho aqui um *travel book* de cheques em dólares...

Não foi preciso. Senta-se numa poltrona de espaldar alto, no saguão. Sem chapéu, todo de escuro, apoiado na sua bengala, tem um ar de príncipe exilado. Assiste, de longe, a operação que efetua na caixa, trocando seus francos em liras, para pagar-lhe a hospitalidade de 24 horas. Ele me dissera no elevador.

— Dê gorjetas boas ao pessoal da recepção, da portaria. Porque sou dos que voltam aos lugares onde pernoitei e quero que me tratem sempre melhor e melhor...

— Chegou o automóvel que nos vai levar a estação.

Chegaram, também, Othon Guimaraes e Esposito. Devolvo-lhe centenas de francos, que não foi preciso trocar.

— Guarde-os. Amanhã cedo você comprará 300 dólares de flores e os mandará às Senhoras do Othon e do Vice Consul. Escute, aqui tem dois cartões meus — mande-me também, se possível, rosas para estas minhas amigas.

Num pedaço de papel, leio os nomes de uma princesa que mora em Roma e de uma condessa que reside em Veneza, que não puderam comparecer ao almoço no Continental.



Assis Chateaubriand

ASSINE POLITIKA

Nome:

Rua:

Bairro:

Distrito:

Município:

Estado: CEP:

Desejo ser assinante de POLITIKA por um ano. Para tanto, estou enviando, juntamente com este, Cr\$ 100,00, por meio de cheque visado pagável no Rio de Janeiro ou vale postal, emitidos em nome de PONTO PROMOÇÕES LTDA., rua Álvaro Alvim, 21 - 2o. andar - sala 205 - telefone: 232-7821 - Rio - GB.

NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS

Francisco Alexandria

● Um assunto que está causando revolta no funcionalismo da Rede Ferroviária Federal é o baixíssimo salário pago aos seus milhares de servidores. Por exemplo: um chefe de trem, que tem responsabilidade na condução de grande número de carros que normalmente trafegam lotados, ganha pouco mais de 600 cruzeiros por mês e uma pequena ajuda de custo para a compra de uniforme, alimentação e as despesas normais de quem vive fora de casa.



José Frageli

● Enquanto isso, um simples fiscal de trem, cuja missão é apenas ver se tudo está correndo bem, ganha salário superior a mil cruzeiros, independente da diária de 60 cruzeiros e 50 centavos o que perfaz quase 3 mil cruzeiros por mês. Por que não se equiparar os chefes de trem aos fiscais, para efeito de salários, uma vez que a responsabilidade daqueles é muito maior do que a destes? Será que nada está errado nisto tudo?

● De que adianta a Rede Ferroviária Federal lutar desesperadamente para pôr os vagões certinhos nos trilhos e deixar o homem — que deveria ser a grande meta — à margem da estrada, desta mesma estrada cujo caminho ainda teremos muito o que percorrer em matéria de investimentos? Por que o próprio ministro Mário Andreazza não toma as providências que o caso requer?

● Apesar das entrevistas e matérias pagas inseridas nos jornais pelo superintendente da Vale do São Francisco, Wilson Santa Cruz Caldas, vai sair fumacinha na Câmara dos Deputados, em maio, com um discurso do deputado Jerônimo Santana, de posse de inúmeros documentos.

● Foi excelente a idéia do ministro das Comunicações, Higinio Corsetti, em fazer instalar na Guanabara o II Seminário Sobre Qualidade no Serviço Telefônico, cuja coordenação está a cargo da Embratel. Neste conclave reuniram-se centenas de representantes de toda parte do País onde existe estação telefônica. Normalmente os resultados destes encontros são sempre satisfatórios, quando menos pelo know-how que se adquire.

● A campanha que está sendo delineada pelas Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo, com vistas ao esclarecimento da opinião pública de um modo geral e dos investidores em particular, certamente terá a maior receptividade possível. Antes mesmos do lançamento da campanha, que será de caráter nacional, várias outras empresas ligadas ao mercado de capitais estão apresentando adesão à iniciativa, de cujos resultados dependerá, em grande parte, o sucesso desta nova fase do nosso mercado de papéis.

● As associações ligadas ao mercado de capitais de Minas Gerais, por exemplo, já constituíram uma comissão com o objetivo de não somente prestigiar a campanha nacional organizada pelas Bolsas do Rio e de São Paulo como também atuarem mais objetivamente com vistas ao esclarecimento do investidor mineiro. De objetivo, já existe formada uma comissão de alto nível, presidida pelo dinâmico e eficiente presidente da Bolsa de Valores de Minas Gerais, Rui José Viana Lage, e secretariada pelo presidente da AMECIF, Francisco Lemos Bastos.

● A propósito de Minas: quem se reuniu no dia 28 passado a fim de deliberar sobre seu aumento de capital de 294 milhões para 392 milhões foi a Companhia Belgo Mineira, em assembléia geral extraordinária. Entre outras medidas aprovadas, se inclui a incorporação de reservas e distribuição de dividendos na base de 45%, para todos acionistas da empresa.

● O governador de Mato Grosso, José Fragelli, anunciando seu encontro com o presidente do Conselho Nacional de Siderurgia, a fim de solicitar seu apoio com vistas à instala-

ção de uma usina siderúrgica no grande Estado central.

● Medida da mais acertada vem de ser posta em prática pelo Banco Nacional de Habitação e diz respeito à propaganda de imóveis. Apesar de tardia, a iniciativa tende a ter repercussão devido ao descalabro que reinava (a palavra está muito bem posta) neste importante setor da economia nacional. Milhares de gatos, através de anúncios mirabolantes, foram vendidos como lebre. Pelo que tudo indica, a moleza de muitos espertalhões vai acabar, fato que já acontece tarde.

● Excelente a iniciativa do presidente da empresa de aviação SADIA, Omar Fontana, em mandar instalar no Othon Palace Hotel, em São Paulo uma nova agência. O objetivo da agência não é somente vender passagens e sim dar a mais ampla cobertura a todos os que precisam de qualquer tipo de informe, inclusive aos turistas internacionais. Para isso foram contratados os serviços de duas recepcionistas bilingües, a fim de que o serviço instalado pela Sadia tenha o mais alto gabarito. Por falar em Sadia: seu jato, que vai até Belém do Pará, só tem viajado lotado, o que bem demonstra o atendimento da empresa dirigida por Omar Fontana.

● Quem recebeu o título de Industrial do Ano em Nova Iguaçu foi Sílvio Coelho que, entre outros afazeres, é presidente das Indústrias Grãfino, complexo industrial do setor de alimentação, além de presidente do Rotary Club do maior município do Estado do Rio. Sílvio Coelho é realmente um dos industriais de maior destaque da terra fluminense.

● Em São Paulo, todo mundo está perguntando por que o secretário de Turismo do Estado não oficializa Aparecida do Norte como um de seus centros de turismo. A cidade recebe mais de 5 milhões de fiéis durante o ano e apesar disso não tem condições de se desenvolver, pois seus encargos são enormes com água, luz, esgoto, limpeza e muitas outras obrigações. Com uma arrecadação tão pequena é evidente que o Município nunca vai poder corresponder à expectativa dos milhares de fiéis que ali vão movidos pela fé. Fé que logo é transformada em revolta, tal o desconforto que a cidade oferece.



Higinio Corsetti

● Anotem: criação, por parte do governo, da Central do Aço, que tem por objetivo suprir o abastecimento da indústria, ainda vai dar muito pano pra manga. É que os industriais estão prevendo a concorrência que vai haver, com o que chamam a "grande intromissão oficial" no setor do aço. De qualquer sorte, o governo, que luta desesperadamente com o objetivo de suprir o nosso deficit, está mesmo disposto a enfrentar, com todas as armas que dispõe, o problema criado pelos principais empresários. Sem aço, nada feito.

● A indústria de construção naval brasileira é um dos setores que vem experimentando maior desenvolvimento na atual conjuntura. Agora mesmo, a Grécia mandou um emissário altamente categorizado estudar nossas possibilidades, pois pretende fazer uma encomenda inicial de 16 navios. Por outro lado, com a feira de construção naval que vai acontecer em julho próximo, em Atenas, novas possibilidades estarão abertas à nossa recente e florescente indústria naval. Grande número de diretores dos nossos principais estaleiros estarão presentes àquela feira.

● Com o início das atividades da fábrica de cimentos de Mossoró, o Grupo João Santos consolida sua posição no setor. A indústria, que começa a produzir dentro de uma semana, fabricará 107 mil toneladas de cimento por ano, sendo o seu faturamento estimado em 17 milhões de cruzeiros. Embora tenha sido instalada com recursos próprios, a Itapetinga Agro-Industrial S.A. confiou ao Banco Denasa a captação de incentivos fiscais.

● A inovação da indústria é a utilização do processo de via-

seca com intercambiador de calor, que assegura uma grande economia de óleo combustível, pela redução, em 50% do consumo de calor. Para a introdução desse sistema industrial, o Grupo João Santos conta com a assessoria técnica da Proinvest, da Checoslováquia.

● Descobriram que sorvete é o negócio quente no Nordeste. Numa região em que o termômetro não desce a menos de 25 graus, o consumo de gelados se dá o ano inteiro. Por isso, o Grupo Philomeno Gomes, um dos mais tradicionais do Ceará, instalou a Frinosa — Frios do Nordeste S.A. — que já no primeiro ano de atividade concedeu aos acionistas 12 por cento em dividendos e 3 por cento de bonificações. A Poupança S.A. vem obtendo a melhor aceitação no lançamento das ações da Frinosa no mercado da Guanabara. Ao estruturar o Departamento de Incentivos Fiscais da Poupança, o sr. Manoel Leal lavrou um grande tento com as ações da Frinosa.

● Quem ri à toa é o dr. Mário Galvão, diretor de Vendas da LASA Engenharia e Prospecções, e o professor Margarinos Torres, responsável pelo Projeto RADAM. Através do house-organ dos Hotéis Escala, souberam que o New York Times considerou o Projeto RADAM o mais importante do mundo, depois do Apollo. A boa nova contagiou outros diretores da empresa, conforme já era de se esperar.

● Luiz Paulo de Souza Lobo está voltando da Europa. A primeira notícia que teve: tudo pronto para o lançamento das ações do Banco Agrícola de Minas Gerais, que vai aumentar seu capital de 5 para 10 milhões. Luiz Paulo é também um dos esteios da Morada, uma das empresas de poupança e empréstimo que mais cresceram nos últimos anos.

● De São Paulo: o Automóvel Clube foi palco do acontecimento mais importante dos meios financeiros paulistas, na semana passada: a Finaval, associando-se à Poupança, fez o lançamento das ações da Frinosa naquele mercado. Presente ao coquetel de lançamento, entre outros, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, João Osório de Oliveira Germano.

MINAS VALORES CORRETORA S.A

Rua Ouvidor, 108 — tels. 232-3599/231-3518/231-3519

BANCO MINEIRO DO OESTE DE INVESTIMENTOS

Av. Rio Branco — 5º andar — tel. 231-3777

FINANCILAR

CIA. DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
UMA EMPRESA DO GRUPO EMPRESARIAL LUME
Sede: Av. Nilo Peçanha, 151 - 5º./6º. andar

SOCIEDADE FINANCEIRA COROA S.A

CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Rua Gonçalves Dias, 76 - 2º. andar

A Editoria

AZEVEDO ROLIM (Avenida Santos Dumont, 190 - Colatina-ES) - "Quase que ao invés de velho lidador das letras, sutil e gostosamente ironizado pelos conceituados jornalistas, solto aqui um cafonérrimo mui dignos confrades. A verdade, porém, é que aqui estou novamente para dizer-lhes: que não recebi o reembolso ou os números atrasados que me prometeram mandar; entregar recorte de O Colatinenses, que contem um dos meus despreziosos comentários sobre POLITIKA".

Ora, Azevedo, por quem sois... Os jornais atrasados já seguiram, e você pode cobrá-los aí no Correio. Quanto a citação, só podemos esperar merecer, sempre, o apoio de coleguinhas ilustres. Um abraço, com a certeza que não arrefeceremos.

POLÍTICA não é careta

PAULO CESAR (Salvador-Bahia) - "É o seguinte, minha gente: sou um jovem que vem tentando chegar a um grau cada vez maior de sacação das coisas. Tentando aprender coisas. Coisas sobre a realidade de meu país, de meu povo. Não é fácil. Transmitir coisas, então, é mais difícil ainda. E isso vocês têm conseguido fazer. Só comecei a ler POLITIKA a partir do número 16. Isto porque antes fazia uma idéia errada de vocês. Lembro-me que a primeira vez que vi um número na banca, pensei comigo mesmo: mais um jornaleco careta pregando a obediência cega ao regime. Mas não. POLITIKA aponta os erros, uma obrigação, porém não deixa de reconhecer e elogiar os progressos, uma satisfação. Tudo isso em linguagem simples, sem esoterismos. Vi que havia me enganado e passei a ler e a divulgar POLITIKA. Essa falação (e puxação) toda é para explicar por que não o leio desde o início e pedir-lhes que me enviem os quinze primeiros números. Se ainda tiverem, pois é tanta gente pedindo! Pra terminar, mais uma coisinha: meu pai acha besteira eu dar Cr\$ 2,00 pelo jornal, mas quando eu saio, ele vai correndo, ler escondido. Quanto a mim, dou os Cr\$ 2,00 com prazer: por um jornal imparcial, um preço imparcial".

Muito que bem, Paulo Cesar. A gente está tentando fugir ao caretismo, o que parece, está conseguindo. Depois, você não é o primeiro a fazer uma autocrítica e ver que a gente está no caminho certo. Seu pai demonstra ser um cara muito vivo: espera que você compre para ler o jornal, o que é bom para a gente. Os números atrasados já seguiram pelo reembolso postal, e você pode lê-los e emprestar a seu pai.

CARLOS DO COUTO FRANCO (Alameda Major Francisco Barcelos, no. 74 - Porto Alegre - RS) - "Meus cumprimentos pela coragem de dizer do seu jornal. Assim se faz alguma coisa efetiva pela redemocratização deste país. Em política é preciso saber falar e ouvir. Os monólogos não constroem, são apenas ordens de comando dos sistemas de força. Agora, ao assunto que me leva a escrever: Li, meio estarecido, declarações do senador Daniel Krieger

de que defende as eleições diretas nos estados, mas que, no entanto, votará com a orientação da liderança de seu partido, o que equivale: é a favor, mas vota contra. Quem como o ilustre senador tem tanta tradição na vida pública, não tem o direito de dar um exemplo tão degradante. Quando o representante do povo e o líder político abdica da sua independência e aliena seu pensamento aos áulicos do poder, polui o próprio conteúdo ideológico da democracia que apregoa. O senador Krieger é cria política de um dos homens públicos mais autênticos do Rio Grande, o general Flores da Cunha. Jamais o general Flores, com sua dignidade, sua honestidade de princípios, sua honradez, capitularia a uma declaração desta. Pobre regime, onde um dos seus principais líderes faz declarações tão servís. Pensei que ainda tivesse em comum com o senador a difícil arte de criar cavalos. Mas vejo que até aí os métodos são diferentes: na minha criação, só quem cabresteia são os garanhões, as éguas e os potrilhos. Eu, nunca".

Pois é, Carlos, pois é. A gente sabe dessas coisas. Conhece essas coisas. E fica pensando. Será que vale a pena manter uma situação, à custa de tais declarações, de tais subserviências, de tais incoerências?

RUY DE ARAÚJO (Rio - GB) - "Gostaria que me enviassem pelo correio o número vinte e um de POLITIKA, que, por um milagre brasileiro, não foi distribuído aqui. Segue, anexa, a importância necessária ao pagamento do jornal e despesas de envio. Espero breve atendimento e desejando sucesso ao necessário POLITIKA, subscrevo-me".

O jornal já seguiu, Ruy. Muito obrigado pelo necessário.

G. MIRANDA (Caixa Postal 64 - Teresópolis, RJ) - "Apenas no número doze pude conhecer POLITIKA, que me tem sido de valor inestimável em estudos que estou fazendo. Uma curiosidade: qual o motivo de usar nesse jornal a grafia de Kibon ou daquela seção da Última Hora de Wainer? Protesto contra a eliminação do K pelo ministro Kapanema, que nem sonhava com a vinda de JK? Ou gozação? Muito grato seria se me enviassem, pelo reembolso postal, os números de 1 a 11 e mais 13, 14, 16, 19 e 21, que emprestei a amigos e, como as pombas de Raimundo Correia, não mais voltaram ao pombal. O que é bom sinal, aliás."

Miranda, estamos procurando fazer uma política autêntica, aristotélica. Daí a razão do K. Não é gozação, nem protesto. É política, mesmo. Os números atrasados já seguiram pelo reembolso postal.

JOÃO FERREIRA DA SILVA (Instituto Cândido Mendes, Ilha Grande - RJ) - "Lendo o ótimo jornal, editado por V.S., gostaria, caso possível, de receber uma assinatura de cortesia. Sem mais, no momento, aguardo seu pronunciamento".

Ora, João, pode esperar que sua assinatura foi deferida imediatamente. E ficamos satisfeitos de ver que o POLITIKA tem utilidade junto a vocês. Pelo menos ajuda a passar o tempo.

RAUL FALCÃO (Rua Anchieta, 683 - Pelotas - RS) - "Solicito enviar-me pelo reembolso postal os números 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15 e 16, a fim de poder completar minha coleção".

Os números já seguiram, Raul. Pode completar sua coleção e ler os artigos que preparamos para vocês.

RONEY CESAR SIGNORINI (vice-presidente da Academia de Letras da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie - São Paulo - SP) - "Gostáramos de saber como é possível receber os números 1, 2, 3, 6, 10, 11, 16 e 21 de POLITIKA, para completar nossa biblioteca. Temos acompanhado, com interesse, as edições desse semanário e percebido o trabalho da equipe de redatores com vistas exclusivamente aos temas abordados sobre política e economia, que os diários nacionais não o fazem, motivando-nos a esperar ansiosos a publicação de cada semana".

Doutor Roney, os números atrasados já seguiram pelo reembolso postal e pode ter certeza de que muito nos envidedece saber que somos esperados semanalmente.

FERNANDO AZAMBUJA (Rua Marquês de Pombal, 917 - Porto Alegre - RS) - "Esta é a segunda vez que

escrevo sem ter, no entanto, o prazer de sua resposta. Sou estudante de Direito e fiz de POLITIKA minha leitura preferida. Assim, gostaria que me remetessem, pelo reembolso postal, os onze primeiros exemplares, mais o vinte e um".

É ótimo sabermos que somos a leitura preferida de um estudante. Isto é da máxima importância. Os números atrasados já seguiram. Um lembrete: não recebemos sua primeira carta.

FRANCISCO LUCIANO LEAL (Caixa Postal 436 - Uraí - Paraná) - "Desejando adquirir uma assinatura do jornal POLITIKA, gostaria que me informassem o preço da anuidade, via terrestre, vez que, por ser residente no interior, por demais difícil se torna a aquisição regular nas bancas de jomais. Por oportuno, desejaria que me enviassem o exemplar de 13 a 19 de março, de número 21, que não me foi possível comprar, face ao que expus. A remessa poderá ser feita por reembolso postal".

O número solicitado já seguiu, Francisco. Quanto à assinatura, sua carta foi enviada a Ponto Promoções, que trata disto. Um abraço.

FERNANDO ROCHA (Rua Padre Marinho, no. 7 - apto. 202 - São Lucas - Minas Gerais) - "Negócio seguinte: eu morava no interior, agora estou na capital. A maior surpresa, ao chegar aqui, foi constatar a existência do esplêndido POLITIKA. Agora, eu pergunto, meio-semgratamente: seria possível me enviar os exemplares que não possuo, do número 1 ao número 21, já que pretendo ler e colecionar este semanário, durante toda sua existência, que espero ser mais longa possível? Não tenho culpa do jornal ser tão bom, não é?"

Nem nós temos culpa, quando muito podemos ser responsáveis. Os números pedidos já seguiram pelo reembolso, para você colecionar.

GILSON G. CORDEIRO (Rua 24 de maio, 859 - Fortaleza - CE) - "Com um atraso de 30 dias, chegou às bancas desta capital o número 24 de POLITIKA, razão por que somente agora é que estou mantendo novo contato com vocês, a cerca da possível entrevista

com o deputado Marcondes Gadelha, fato que se encontra devidamente registrado na seção korreio daquela edição, inclusive de forma que muito me sensibilizou. A esta altura, o Marcondes deve ter tomado conhecimento de minha sugestão, pois já se diz leitor assíduo desse conceituado e moderno veículo de informação. De qualquer sorte, estou encaminhando carta àquele parlamentar, sugerindo que aceite, como aceita penso estar, a entrevista por mim formulada."

Muito que bem, Gilson. O pessoal aqui está dizendo que você é a maior macaca-de-auditório do Marcondes. O que é, você entende, uma brincadeira. A entrevista está de pé. Peça ao Marcondes para passar aqui pela redação ou entrar em contato telefônico com a gente. Um abraço.

MARIA DA GLÓRIA S. BRITO (Rua Timbiras, 2.500 - Belo Horizonte - MG) - "O Centro Regional de Belo Horizonte, que pertence ao MEC, publica uma revista chamada Criança e Escola, destinada a professoras do antigo ensino fundamental. Participei de um encontro com a professora Onolita, diretora da revista, e ficamos sabendo que, apesar de seus esforços pessoais, ela tem cinco mil exemplares de tiragem, só vende mil e sai apenas quatro vezes por ano. Ora: o Estado de Minas Gerais, sozinho, possui mais de cem mil professoras primárias. A diretora explicou-nos que essa situação existe porque sua chefe não entende nada do assunto e a diretora do Centro quase não vai lá. Volto desiludida para o meu estado. Até quando o governo vai continuar gastando dinheiro com pessoal e material sem pretender eficiência? Mas me digam: será possível implantar a reforma do ensino com esse tipo de funcionários e essa qualidade de liderança que observo em tantos outros setores da vida pública. Fica aqui minha sugestão: vocês poderiam publicar uma reportagem sobre a ineficiência das publicações oficiais".

Muito bem pensado, Maria da Glória. Esse é um tema que pode dar uma boa reportagem. Quanto à reforma do ensino: não resta a menor dúvida.

Fritz

NIXON ADMITE DISCUTIR



EDI-TORA LTDA.

Diretora
PHILOMENA GEBRAN
Direção e Redação
Av. Rio Branco, 133 - Gr. 1601
Tel.: 232-1981 - Rio - GB

Departamento Comercial
(Publicidade e Assinaturas)
EPITÁCIO CAÓ
Ponto Promoções Ltda.
Rua Álvaro Alvim, 21 - Gr. 205
Tel.: 232-7821 - Rio - GB

POLITIKA

Diretores
OLIVEIRA BASTOS
SEBASTIÃO NERY
Gerente
ENÉAS RESQUE
Editor
JORGE FRANÇA
Editor-Assistente
MURY LYDIA
Arte
ANTÔNIO CALEGARI

Ilustração
LUÍS FONSECA
Humor
FRITZ
COENTRO

Relações Públicas
WALTER PENELUC
GUILHERME SABATINI
São Paulo
PAULO PEREIRA
(Assistente da Diretoria)
Rua das Flores, 27 - Gr. 25 -
Tel.: 33-4210

Fotos
TRIBUNA DA IMPRENSA
O JORNAL e O CRUZEIRO

Distribuição
DIJOLIR
Rua Clarisse Índio do Brasil, 30
Rio - GB

POLITIKA é composto em máquinas eletrônicas IBM e impresso na Gráfica Editora "Jornal do Comercio".

